

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 4 DE DEZEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.492

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Mauricio Eskudlark
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Aldo Schneider
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Marcos Vieira

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI
NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 031ª Sessão Especial realizada em 26/11/2012, às 19h	2
Ata da 117ª Sessão Ordinária realizada em 27/11/2012	7
Ata da 032ª Sessão Especial realizada em 27/11/2012, às 19h	16

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....	20
Aviso de Licitação	20
Avisos de Resultado	20
Extratos	21
Ofícios	21
Portarias	21
Projetos de Lei	24
Projetos de Lei Complementar	26

P L E N Á R I O

ATA DA 031ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM

TECNOLOGIAS INOVADORAS - CERTI - PELA PASSAGEM DOS SEUS 28

ANOS DE FUNDAÇÃO

SOLICITAÇÃO DO DEPUTADO JAILSON LIMA

Sumário

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra o que representa a Fundação Certi para o estado.

JUAN CARLOS SOTUYO - Agradece em nome dos homenageados.

VICTOR DE NEGRI - Discorre sobre o histórico da Fundação Certi.

JOÃO RUFINO DE SALES - Em nome do governador, parabeniza a Fundação Certi pelas três décadas de trabalhos prestados.

CARLOS ALBERTO SCHNEIDER - Aborda os trabalhos realizados pela Fundação Certi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhor presidente do Centro de Informática e Automoção do Estado de Santa Catarina - Ciasc, João Rufino de Sales, neste

ato, representando o sr. governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Senhor superintendente-geral da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - Certi, sr. Carlos Alberto Schneider;

Senhor superintendente de negócios da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - Certi, sr. Laércio Aniceto Silva;

Senhor superintendente de operação e superintendente interino de finanças e administração da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - Certi, sr. Günther Pfeiffer;

Senhor pró-reitor de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, professor Assreuy Filho;

Senhor diretor presidente do Sapiens Parque, Saulo Vieira.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores.

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Queremos registrar a presença das seguintes autoridades:

Gerente operacional do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e conselheiro da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - Certi, Nelson Ronnie dos Santos;

Conselheiro fiscal da Fundação Certi, Elias Fernandes Eufrásio;

Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Ricardo Boeing da Silveira;

Chefe de departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, Victor Juliano De Negri, neste ato representando o secretário do Desenvolvimento Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, professor Álvaro Prata;

Coordenadora do Centro de Tecnologia do Social do Sesi, Angelia Berndt, neste ato representando o superintendente do Sesi, Hermes Tomede;

Diretor financeiro da SC Participações e Parcerias S/A - SC PAR, Hamilton Peluso;

Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi - IEL, Natalino Uggioni, neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, Glauco José Côrte;

Representante sênior do Instituto Fraunhofer de Nanointegração de Sistemas Eletrônicos, Hernan Valenzuela;

Gerente de Planejamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Rogério Gomes Penetra;

Superintendente regional de governo do Banco do Brasil, Hiram Aparecido Simões de Almeida;

Diretor executivo da Fundação Certi, Manuel Steidle;

Diretor financeiro do Instituto Floripa Amanhã, Cleber Acauan Pizzato.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa. Para poucos que me conhecem ou não me conhecem eu estou no meu segundo mandato aqui na Assembleia Legislativa.

Sou médico, fui prefeito da cidade de Rio do Sul, estudei na UFSC e acho que Assembleia Legislativa, enquanto segundo poder deste estado, ainda não tinha feito com a devida deferência o reconhecimento do que representa a Fundação Certi e o que representou enquanto semente do Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação no estado de Santa Catarina.

Digo isso porque, como profissional que sou da área médica, acompanho uma evolução tecnológica na medicina. Mas a vida pública, enquanto prefeito, me fez verificar o quanto temos que operacionalizar o encurtamento de caminhos neste país, para poder integrar e desenvolver a economia e, principalmente, permitir que novos talentos se incluam no desenvolvimento econômico, e não apenas neste estado e neste país.

Como prefeito, conheci a IPM, que é uma das empresas homenageadas, uma das cinco empresas do Brasil amplamente reconhecida na área de software de gestão pública, e vi o quanto pode me ajudar na administração de Rio do Sul. Como deputado estadual, trabalhando pelo fomento da área de telecomunicações, geração de energias renováveis, onde temos feito vários debates, inclusive fora do Brasil, conheci uma empresa chamada Audaces, que também é homenageada hoje, quando visitei a sede da Apex em Beijing, na China. Resido em Santa Catarina e não conhecia a Audaces como empresa catarinense.

Na sede da Apex, conversando com o diretor-geral sobre as empresas que estavam se instalando lá, entre elas a Pinga 51, por exemplo, e vi uma plaquinha da Audaces e me disseram que a empresa era de Florianópolis. Está na China também o escritório do governador da Bahia, que é o único governo de estado que tem escritório na China, trazendo

vários investimentos em infraestrutura para o estado da Bahia, principalmente na área de portos e rodovias.

Não quero fazer nenhum *merchandising*, mas ele me contou por que a Audaces foi parar na China. O diretor me informou que o *software* da referida empresa havia sido pirateado na China. O que não é nenhuma novidade. Mas o valor do *case* é que essa empresa não ficou reclamando, ela foi atrás do que era de direito e foi para lá disputar o mercado com *softwares* inovadores e com mais conteúdo. E é isso que faz a grandeza do povo brasileiro e grandeza e catarinense.

Tive a oportunidade de acompanhar o ministro Aloizio Mercadante, na visita que foi fez à Certi e ao Sapiens Parque, antes de assumir o ministério da Educação, e lá pude ver as contingências de inovações e produtos que estão sendo desenvolvidos. Aí se verifica que este é um estado que tem capacidade de exportar talentos e conhecimentos, e esse é um dos grandes valores que temos. Nós temos logística, temos infraestrutura em determinadas questões, mas temos, com toda certeza, uma das maiores capacidades de geração de riqueza intelectual.

E neste momento, a Assembleia Legislativa quer fazer esse reconhecimento público à Fundação Certi, a sua origem, aos núcleos de desenvolvimento e à Universidade Federal de Santa Catarina, universidade que me propiciou estudar e ser médico, e que acabou plantando essa semente que se frutifica, não apenas em território catarinense, mas em território brasileiro e internacional. Por isso, a minha deferência à Fundação Certi.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento convido o jornalista Walter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Sras. e srs. muito boa-noite.

Cumprindo sua missão institucional, a Certi promove a competitividade das empresas, fornecendo soluções inovadoras para produtos e processos.

Tem desenvolvido, em especial, soluções de promoção e educação em empreendedorismo inovador para entidades governamentais da federação, do estado e de municípios.

Com a parceria do governo do estado de Santa Catarina, a Certi tem empreendido ações mobilizadoras de referência nacional, como o Sapiens Parque, o Programa *inova@santacatarina*, incubação de empresas e sinapse da inovação, impulsionando expressivamente o desenvolvimento econômico, ambiental e social da sociedade catarinense.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, pelo brilhante trabalho como instituição de ciência, tecnologia e inovação, direcionada para pesquisa tecnológica aplicada, com foco em reconhecidas competências geradoras de soluções tecnológicas inovadoras para a sociedade, elevando o nome de Santa Catarina no cenário nacional e até mesmo internacional.

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. Carlos Alberto Schneider, neste ato representando a Fundação Certi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando sequência à solenidade, o Poder Legislativo presta homenagem aos personagens que contribuíram para o crescimento e fortalecimento da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.

Muitos são os dirigentes governamentais e empresariais que ajudaram a construir a instituição. Nesta ocasião, no entanto, faz-se uma homenagem especial a pessoas que trabalharam na equipe Certi e ao assumirem novos desafios, continuaram a promover ações importantes em prol da ciência, tecnologia e inovação.

Convido para receber a homenagem das mãos do sr. deputado Jailson Lima, o sr. Carlos Alberto Schneider, superintendente da Fundação Certi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro Walter Kapp, colaborador da Certi de 1985 a 1996, e hoje presidente da empresa Engemovi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. professor Ricardo Felipe Custódio, colaborador da Certi de 1986 a 1991, e hoje professor do Departamento de Informática da Universidade Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. engenheiro Maurício Ibarra Dobes, colaborador da Certi de 1994 a 1996, e hoje presidente da empresa Maps.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. engenheiro Marcelo Ferreira Guimarães, colaborador da Certi de 1988 a 2002, e hoje presidente da empresa Sábila Experience.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. professor Juan Carlos Sotuyo, colaborador da Certi de 1985 a 1988, e hoje diretor-presidente da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. engenheiro Guilherme Stark Bernard, colaborador da Certi de 1990 a 1991, e hoje presidente da empresa Reason e presidente da Acate - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. engenheiro Dimitri Eberhardt Prado, colaborador da Certi de 2000 a 2003, e hoje presidente da empresa E3C.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. professor Carlos Roberto de Rolt, colaborador da Certi de 1987 a 1991, e hoje professor de Sistemas de Gestão da Esag - Universidade do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. professor Armando Albertazzi Gonçalves Júnior, colaborador da Certi de 1985 a 1986, e hoje coordenador do Labmetro do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. professor André Roberto de Souza, colaborador da Certi de 1999 a 2002, e hoje professor de mecatrônica do Instituto Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Cabe ainda homenagear especiais representantes de importantes segmentos parceiros da Fundação Certi no ambiente de Florianópolis.

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. empresário Cláudio Grando, presidente da empresa Audaces, como representante das mais de cem empresas incubadas pela fundação Certi e hoje atendendo o mercado nacional e internacional, que está sendo representado pelo sr. Ricardo Cunha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. Aldo Luiz Mees, diretor-presidente da empresa IPM, como representante de uma das muitas empresas do polo tecnológico da Grande Florianópolis e parceira da Certi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. Victor Juliano De Negri, neste ato representando o professor Álvaro Toubes Prata, hoje secretário do Desenvolvimento Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O professor Prata, na qualidade de reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, promoveu a interiorização da universidade implantando os campi de Araranguá, Curitiba e Joinville. Ampliou o forte relacionamento da UFSC com o polo tecnológico, apoiando o empreendimento Sapiens Parque, em conjunto com a Fundação Certi. Em função de estar em missão nos Estados Unidos, o secretário Prata solicitou ao professor Victor De Negri, chefe do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, para representá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Gostaria de registrar a presença do presidente da Amtech, sr. Michael Krusch; do

diretor do Instituto Fraunhofer - Enas; do diretor do Departamento de Microeletrônica do Instituto Fraunhofer - Enas -, professor dr. Thomas Otto; do dr. engenheiro Reinhard Streiter e do secretário do município de Florianópolis, professor Rodolfo Pinto da Luz.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o professor Juan Carlos Sotuyo, presidente da Fundação do Parque Tecnológico de Itaipu e também membro do conselho de Curadores da Fundação Certi.

O SR. JUAN CARLOS SOTUYO - Excelentíssimo deputado Jailson Lima, professor Carlos Alberto Schneider, demais membros da mesa, homenageados, amigos e familiares presentes.

Em nome dos homenageados quero agradecer esta deferência que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina teve com a Fundação Certi e também com as empresas que resultaram desse processo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em Florianópolis.

Quero dizer que tivemos na pessoa do dr. Carlos Alberto Schneider uma inspiração para continuarmos, ao longo da nossa vida profissional, trabalhando em projetos convergentes com as questões que ele sempre propôs para o desenvolvimento.

O professor Schneider e sua equipe, que foi se renovando ao longo dos tempos, caracterizou um modelo de desenvolvimento que deve ser exemplo para o nosso país. Quando falo ao longo dos anos, refiro-me aos diversos ciclos pelos quais nosso país passou, nos quais o professor Schneider sempre defendeu um modelo de desenvolvimento local. O desenvolvimento local é o único a partir do fortalecimento das suas forças endógenas que pode levar ao verdadeiro desenvolvimento com inclusão social aos territórios.

Essa escola que significou a Fundação Certi para todos nós, esse exemplo colocado diariamente a partir da prática do professor Schneider, sempre nos deixou extremamente entusiasmados para tentar imitá-lo minimamente em suas ações, coisa que não é nada fácil.

Quero dizer, deputado Jailson Lima, que o nosso país nunca viveu um processo de desenvolvimento e de inclusão social igual, e se faz necessário que os próximos 28 anos da Fundação Certi e os próximos anos de outras fundações que seguem o exemplo da Fundação Certi, sejam de um dia a dia um pouco mais tranquilo do que eles têm.

Aqui temos a presença honrosa de vários representantes da Associação do Instituto Fraunhofer, da Alemanha, e eles se desenvolveram por uma série de motivos, mas um deles é o que tanto a Fundação Certi quanto a Fundação Parque Tecnológico Itaipu defenderão perante a Assembleia Legislativa catarinense e a Assembleia Legislativa do Paraná, que é a criação de uma lei para que institutos da natureza da Fundação Certi e institutos da Fundação Parque Tecnológico Itaipu consigam receber fundos de financiamentos de base para fazerem muito mais e melhor pelo desenvolvimento, geração de emprego, renda e inovação. Sem isso, estaríamos condenando uma possibilidade de desenvolvimento muito maior que a que o destino do Brasil exige de todos nós.

Por isso, sr. deputado, traremos aqui, juntamente com o professor Schneider, e levaremos também ao governo federal com seu companheiro Jorge, essa demanda para que montemos uma fonte de recursos dos governos

federal e estadual para fazer o financiamento de base que um instituto dessa natureza precisa.

Quero pedir licença aos homenageados e me referir à minha família e aos meus amigos que estão presentes e agradecer especialmente às pessoas que me acolheram com 21 anos quando fugi da ditadura Argentina e cheguei a essa terra maravilhosa, que é Florianópolis. Agradeço ao dr. Miguel Peres, especialmente à Maria Tereza, por terem me acolhido aqui e por terem me permitido viver; e a partir dos meus estudos na Universidade Federal de Santa Catarina ter conhecido o professor Schneider, que contribuiu tremendamente para minha formação.

Agradeço, enfim, a todos os homenageados por essa licença, que seguramente me outorgaram. Muito obrigado, professor Schneider, do fundo do coração. Continuaremos batalhando juntos para conseguir esses recursos que tanto necessitam as nossas entidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Gostaria, antes de passar a palavra ao próximo orador, de dizer ao professor Juan Carlos que conte conosco nesta trajetória porque também entendemos que esse desenvolvimento econômico que depende do conhecimento precisa de mais recursos.

Sabemos da luta travada em Brasília, tendo em vista a democracia e a questão econômica, e muitas vezes isso faz com que deixemos de avançar. Mas conte conosco.

Gostaria de convidar para fazer uso da palavra o chefe de departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, o professor Victor De Negri.

O SR. PROFESSOR VICTOR DE NEGRI - Deputado Jailson Lima, primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Primeiramente gostaria de agradecer em nome do professor Álvaro Toubes Prata a homenagem prestada por esta Casa por proposição do deputado Jailson Lima.

Manifesto o sentimento do professor Álvaro Prata de que suas ações como professor, pesquisador, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação e, no período de 2008 a 2012, como reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, teve um propósito de contribuir com o desenvolvimento técnico-científico do estado de Santa Catarina e do país.

Mesmo estando afastado do estado na função de secretário Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a vinculação com este estado que lhe acolheu continua intensa e ele permanece atento às conquistas e demandas do estado de Santa Catarina.

A Certi, Fundação Centros de Referência e Tecnologias Inovadoras, homenageada nesta sessão especial, foi criada no dia 31 de outubro de 1984 a pedido da secretaria Especial e Informática (SEI), com a denominação naquela época de Centro Regional de Tecnologia em Informática. Originou-se das atividades do Labmetro - Laboratório Metrologia e permaneceu até 1990 instalada no Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC. Além da própria UFSC, participaram da continuação da Certi, como entidades membro, empresas privadas e

públicas, como a WEG, a Fundação Volkswagen, a Mercedes-Benz do Brasil, a Eletrosul, entre outras, e órgãos dos governos federal e estadual.

Desde a sua criação a Certi se configurou como uma entidade privada, independente e sem fins lucrativos - uma característica fundamental que levou a muitos desafios, mas também, ao sucesso que a acompanha até a atualidade.

Como instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Certi nasceu direcionada para a pesquisa tecnológica aplicada. O início da Fundação Certi tinha foco em Sistemas Mecatrônicos, com atividades em sistemas de mediação e em Metrologia e Instrumentação.

A Certi continua a ser reconhecida pela sua liderança em metrologia e instrumentação, mas a atuação da fundação não se limita a essas áreas. Muito cedo a Certi, com arrojo e foco, começa a lançar sementes inovadoras para a tecnologia e a economia brasileiras.

Em 1986 a Certi cria a Incubadora Empresarial Tecnológica, em Florianópolis, a pioneira do Brasil no gênero, juntamente com a de São Carlos (SP), um marco do Empreendedorismo Inovador.

Em 1990, a Certi muda-se para instalações próprias no campus da UFSC, e em 1994 passa a se chamar Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.

Em 1995 a incubadora da Certi transfere-se para o ParqTec Alfa e passa a denominar-se Celta - Centro de Laboração de Tecnologias Avançadas. Já em 1997 o Celta recebe o prêmio de 'Incubadora do Ano', conferido pela Anprotec - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.

Também em 1995 o Centro de Sistemas Mecatrônicos começa a trabalhar com automação bancária e em 1998 participa do desenvolvimento da urna eletrônica brasileira.

Em 1999 a Certi inicia sua atuação em Garantia da Qualidade em Processos Produtivos, com projetos de plantas para fábricas, por meio de seu Centro de Produção Cooperada. Este Centro desenvolve-se e passa, a partir de 2006, a atuar no campo de Estruturação do Processo Produtivo.

Em 2003 a Certi inaugura uma nova vertente, a da inovação para a economia da experiência, com a criação do Sapiens Circus Amazônia. Nessa mesma vertente, em 2005 são criados o Sapiens Circus e o Sapiens Domus, em Florianópolis.

Em 2004 começa a atuar, por meio de seu Centro de Convergência Digital, em desenvolvimento e teste de software, serviços de internet, comunicação móvel e VoIP.

Em 2006, o Centro de Convergência Digital dá início a atividades nas áreas de Modelos de Negócios. No mesmo ano de 2006 a Certi estabelece o marco zero de um projeto arrojado de longo prazo e impactos profundos na geografia tecnológica de Santa Catarina: o Sapiens Parque, no norte da Ilha de Santa Catarina.

Em 2007, a Certi dá início ao Laboratório-Fábrica de Placas Eletrônicas, O LABelectron. A fundação é reconhecida com o Prêmio Banas Excelência em Metrologia pela atuação de seu Centro de Metrologia e Instrumentação. Têm início as Gincanas Inovadoras, as Inovações para a Educação e novos projetos vinculados à TV Digital.

Em 2008, o Centro de Convergência Digital da Certi passa a operar com TV digital e

inclusão digital. Mais recentemente, em 2009 a Certi cria o seu novo Centro de Fármacos.

De 2007 a 2009 a competência e originalidade da fundação Certi foi reconhecida com o Troféu Home Theater, categoria produto mais inovador de 2007; o Prêmio A Rede, concedido ao Sapiens Circus - Gincana do Milênio; o Prêmio Melhor Projeto para a Promoção do Empreendedorismo Inovador; o Prêmio Von Martius de Sustentabilidade; o Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2009 - Regional; e o Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2009 - Nacional.

Inovação e coragem, resultado para o cliente, honestidade e lealdade, parceria e inovação, trabalho duro em equipe, competência e agilidade, prosperidade pessoal e profissional e aprendizagem contínua são as crenças e valores da Certi.

Nessas quase três décadas de existência, a Fundação Certi se tornou referência em âmbito nacional e internacional por seus projetos, serviços e empreendimentos de vanguarda. Com o objetivo de aumentar a abrangência nacional, também estabeleceu Institutos Tecnológicos em Manaus e em Brasília. Atualmente, a Fundação Certi é composta por oito centros de referência, reconhecidos nacional e internacionalmente pela sua infraestrutura e capacidade dos seus mais de 300 colaboradores coordenados por um conjunto de diretores e superintendentes que, de forma incansável, trabalham em prol da qualidade dos serviços, do ambiente profissional e da sustentabilidade da fundação.

A Fundação Certi irradia suas ações a partir da UFSC e em cooperação com laboratórios, grupos, núcleos e pesquisadores da UFSC, perenizando uma parceria com benefícios mútuos e amplos, sedimentando um conceito de trabalho e desenvolvimento único no Brasil e igualado por poucos no mundo. O sonho do professor Schneider, a sua dinâmica, a sua visão e a sua coragem nos contaminam positivamente e são parte importante da excelência alcançada pela UFSC.

Parabéns, Certi, parabéns, colaboradores da Certi, parabéns, Schneider e obrigado, Schneider."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero convidar para fazer uso da palavra o sr. João Rufino de Sales, presidente do Ciasc, que neste ato representa o excelentíssimo governador Raimundo Colombo.

O SR. JOÃO RUFINO DE SALES - Excelentíssimo sr. deputado Jailson Lima; amigo Schneider da Certi, e em seu nome cumprimento todas as autoridades presentes, os homenageados, os familiares, as senhoras e os senhores.

Que maravilha estar aqui presente para homenagear os 28 anos da Fundação Certi.

Em nome do governador Raimundo Colombo, Chefe do Poder Executivo, quero dar os parabéns pelo trabalho realizado e pelas quase três décadas de inovação e de tecnologia que a Certi ajudou, com certeza, a trazer ao Brasil e ao estado de Santa Catarina.

Que maravilha vislumbrar que nos seus 28 anos de existência a Certi pôde contar com o que existe de melhor em tecnologia no estado de Santa Catarina.

Na feição dos homenageados de hoje podemos verificar que inovação faz-se com empreendedorismo. A maioria dos ex-integrantes da Certi ou é presidente, ou é um

alto diretor de alguma empresa, ou está em alguma empresa do estado muito bem representando aquilo que foi no tempo em que estava na Certi.

Inovação num país como o Brasil é feita com muito trabalho. E não é somente trabalho árduo, não. É querer ir para frente e enfrentar os desafios diários que a tecnologia e a inovação impõem. Trabalhar com tecnologia dominada como é o caso de uma empresa como o Ciasc é um desafio constante, mas trabalhar com inovação, trabalhar com o próximo passo, trabalhar com o futuro, acreditar naquilo que muita gente ainda não acredita, é o mais importante. Aí é que nós vemos a importância de uma fundação como a Certi, há 28 anos o sonho de criar uma fundação de ciências e tecnologia, em 1984, era um desafio.

Tenho bem marcado o ano de 1984 no meu pensamento porque casei em 1984. Lembro-me que no ano de 1982/1983, ainda trabalhava no IBM 3290, e a tecnologia na área de tecnologia da informação era apenas inicial, acreditava-se que um terminal era o principal foco de evolução da tecnologia do futuro, e nós vemos nesses 30 anos que a tecnologia mudou radicalmente a face da terra.

Os computadores pessoais, os *tablets*, os *ultrabooks*, e tudo que existe depois disso mudou completamente a forma como nós nos relacionamos até mesmo na parte emocional. Hoje, a virtualização, o uso da internet por toda população, a acessibilidade, tudo mudou. Nesse tempo é que a Fundação Certi começou a existir e chegou ao seu estágio de maturidade de hoje. Não me resta, portanto, nada a fazer além de dar os parabéns ao professor Carlos Schneider e a todos os colaboradores da Fundação Certi.

Quero também enaltecer o deputado Jailson Lima pela brilhante homenagem a todos nessa noite.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. Carlos Alberto Schneider, superintendente da Fundação Certi.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHNEIDER - Exmo. sr. deputado Jailson Lima; prezado professor Jamil, aqui representando a nossa querida Universidade Federal de Santa Catarina; prezado dr. Saulo Vieira, caro companheiro da construção do Sapiens Parque, meus caros colegas superintendentes, senhoras e senhores, peço licença para fazer o meu pronunciamento em três capítulos.

O primeiro capítulo é de agradecimento, o segundo capítulo realizações a destacar, e devo agradecer ao meu colega Victor De Negri, que fez um impressionante relato da história da Fundação Certi. Depois vou perguntar a ele qual foi a fonte, realmente bastante fidedigna. Mas nesse segundo capítulo quero destacar alguns números.

E o terceiro capítulo é Construção do Futuro, que mais gostamos de falar.

Primeiro, agradecimentos. Realmente foi uma surpresa extremamente agradável a todos nós da Fundação Certi essa iniciativa do deputado Jailson Lima. E como ele explicou, foi uma visita à Fundação Certi, foi uma análise do relatório que elaboramos, inclusive uma missão à Suécia que ele fez juntamente com um dos nossos colaboradores, que o fez conhecer um pouco do que nós fazemos. Agradecemos muito essa homenagem à Fundação Certi, e também agradeço em meu nome, pois fui surpreendido

com uma homenagem, uma placa específica para a minha pessoa.

Outro agradecimento é a esta Casa, a todos os deputados que representam a sociedade catarinense e que endossaram essa proposta do deputado Jailson Lima.

Queremos agradecer aos convidados que aqui se fizeram presentes, dispondo desse tempo no final do dia. Queremos expressar o nosso profundo agradecimento a todas as pessoas que ao longo desses 28 anos ajudaram na construção dessa instituição. Foram muitas essas pessoas, foram dirigentes governamentais, dirigentes institucionais, dirigentes empresariais, que financeiramente ou por estímulo, ou por ajuda nas decisões, ajudaram a montar esta instituição.

Temos homenageado essas pessoas através da nossa comenda da fundação, Membro Benemérito. Deputado Jailson Lima, aqui nós temos um membro benemérito, professor Rodolfo Pinto da Luz, que foi homenageado na qualidade de reitor da UFSC, e por ter viabilizado a institucionalização da Certi, e que a Certi pudesse se instalar no campus da UFSC. Graças ao professor Rodolfo e a muitas outras pessoas.

Mas como lhe pedimos, deputado, queríamos aproveitar esta oportunidade para homenagear um grupo muito especial de pessoas, pessoas que trabalharam conosco, construíram, e saíram da instituição inspirados, como falou o Juan Carlos Sotuyo, tomaram outras iniciativas e fizeram coisas fantásticas e continuam fazendo.

Isso nós dá uma satisfação especial porque isso multiplica essa nossa ideia de promover o desenvolvimento, consciência, tecnologia e inovação.

Depois que v.exa. aceitou essa proposta, fomos fazer uma relação e ela ficou grande, e nós só tínhamos 10. De fato, nós temos sim, muitas outras pessoas que fizeram o mesmo, mas nós escolhemos esses 10 por representar um perfil muito interessante. Temos aqui empresários, temos acadêmicos, temos executivos de iniciativas importantes para a ciência e tecnologia.

E, por fim, gostaria de agradecer aos grandes responsáveis pelo trabalho que a fundação faz, que são os seus colaboradores. Efetivamente é uma grande família, hoje o Sistema Certi tem a participação de mais de 500 pessoas.

No capítulo dois, gostaria de destacar como realizações o trabalho principal que fazemos, a nossa missão: ajudar empresas no desenvolvimento de novos produtos, de produtos inovadores. Esse é um trabalho que é o nosso grande dia a dia, mas muito poucas pessoas conhecem esse trabalho. Até porque muitas vezes ele tem que ser sigiloso.

Então, ao longo desses anos, trabalhamos bastante para a indústria automotiva, bem no início. Acredito que em breve poderemos voltar com essa nova política de fomento ao setor automotivo, poderemos voltar a fazer alguma coisa para ajudar a empresa brasileira.

Logo depois que acabou a inflação, e ainda na época da inflação, entramos para o setor bancário, onde o Brasil se tornou líder mundial de soluções. Nós estávamos juntos nesse processo.

Automação comercial, também fizemos. Hoje estamos ajudando o país nas soluções de TV digital. Estamos, agora, intensivamente, entrando no setor médico, com o desenvolvimento de soluções de instrumentação médica.

Educação é também outro campo onde temos tido a oportunidade de desenvolver soluções importantes para o desenvolvimento nacional. De fato, esse trabalho primeiro da nossa missão, ele se dá com as grandes empresas, às vezes empresas internacionais.

A segunda vertente desse trabalho é o que o professor Juan Sotuyo destacou, é a ajuda ao desenvolvimento local.

Essa ideia surgiu logo no início e foi assim que nós entramos na linha do que hoje chamamos de empreendedorismo inovador. A ideia é gerar novas empresas, ou melhor, não gerarmos, mas ajudarmos na geração.

Na sequência apareceu o mecanismo parque tecnológico, esse processo que, aqui em Florianópolis, se tornou referência nacional. Juntamente com o governo do estado de Santa Catarina, começamos a levar para o interior do estado, inicialmente, como programa Inova Santa Catarina. Hoje este programa foi encampado pelo governo estadual, ele faz parte de uma política de desenvolvimento e passou a denominar-se *inova@santacatarina*.

Efetivamente, a ideia é promover uma revitalização de todos os setores empresariais já instalados e fazer o desenvolvimento de novos polos tecnológicos em toda Santa Catarina. Existe uma proposta de privilegiar inicialmente 12 polos neste estado. Esse trabalho, temos certeza, irá trazer enormes resultados para o estado de Santa Catarina e irá dar um grande diferencial de desenvolvimento em relação a todos os estados.

Gostaria de, nesse processo, dar alguns números. Nós iniciamos esse trabalho de desenvolvimento, de fomento a novas empresas há 25 anos, juntamente com a Acate. Ao longo desses 25 anos, o governo do estado não dispendeu mais do que R\$ 50 milhões, isso já corrigido nos seus valores. Também foram construídos uma incubadora, um condomínio, um parque tecnológico alfa, ações pequenas de fomento e agora o programa *inova@santacatarina*.

Podemos colocar aqui alguns resultados: desse processo, apenas através da nossa incubadora, foram criadas mais de 100 empresas de base tecnológica. Essas empresas, srs. deputados, no ano de 2011, faturaram em torno de R\$ 1,5 bilhão. Se fizermos uma análise do que isso representa em impostos, dá em torno de R\$ 300 milhões em impostos municipais, estaduais e federais. Apenas R\$ 300 milhões porque essas empresas têm uma série de benefícios fiscais.

Outro exemplo: Sapiens Parque é outro empreendimento onde já estamos trabalhando há dez anos. O governo do estado investiu diretamente, em termos financeiros, R\$ 10 milhões e não passam de R\$ 12 milhões, dr. Saulo. Este empreendimento, neste momento, já atraiu cerca de R\$ 300 milhões em investimentos que serão feitos. Na época em que o governo do estado colocou o terreno para ser trabalhado, ele valia R\$ 70 milhões, hoje vale R\$ 400 milhões.

Então, dei três exemplos de que com pouco se consegue muito. Infelizmente esse pouco, sr. deputado, teve que ser continuamente arrancado e temos ainda a receber, isso é uma falta de visão, isso temos que mudar. Vamos falar então de construção do futuro. Primeira coisa que vem acontecendo, por razões em níveis, municipal, estadual, federal, está cada dia mais complicado trabalhar nesse processo construtivo. Existe um arcabouço legal totalmente ultrapassado para a ciência, tecnologia e inovação, deturpado e muita gente somente para fazer controle de pequenos detalhes e não de resultados.

Então, entendo que uma Assembleia, um Congresso, tem que olhar isso com mais carinho para que as poucas iniciativas que existem e sobrevivem, possam dar chance de resultados para o futuro.

No nosso estado, como já mencionei, foi uma grande alegria para nós o governador adotar a inovação como uma política de desenvolvimento - *inova@santacatarina*, efetivamente com uma proposição extremamente estratégica, oportuna, e nesse período conseguiu-se dar um impulso nesse processo; conseguiu-se conscientizar pessoas do governo, pessoas do setor privado, a sociedade; conseguiu-se estimular um processo, e, inclusive, agora, até o final do ano, vai ser feito um certo planejamento de como devemos ir em frente nesses 12 polos de inovação que mencionamos.

Será muito importante termos continuidade e algum investimento. As perspectivas, se olharmos, são péssimas, mas precisamos mudar esse quadro e entendemos que a Assembleia tem que ser envolvida nesse processo.

No estado de Santa Catarina temos uma Constituição que prevê 2% do Orçamento do estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação; 1% para o setor agropecuário e 1% para todas as outras áreas.

Bem, são propostas extraordinárias só que não são efetivadas. Hoje, na área geral que é feita através da Fapesc, cujo diretor está aqui, dr. Mário Angelo Vidor, temos um investimento de apenas 1/3 do que é previsto na nossa Constituição. E frente a esses processos que foram implementados, faz todo o sentido tentarmos chegar a esse 1% para que possamos efetivamente criar em Santa Catarina alguns outros polos de inovação como está sendo proposto.

Podemos assegurar, deputado, que esse resultado que temos hoje em Florianópolis poderá ser alcançado nas outras frentes, por quê? Porque lá existe gente capacitada a fazer inovação a partir da Ciência e Tecnologia. É só dar os instrumentos para que eles possam efetivamente ir em frente.

Então, gostaríamos de deixar nesta Casa a recomendação de que o estado de Santa Catarina, ao fazer os seus orçamentos, ao fazer as suas políticas, ao fazer as suas estratégias, realmente faça com que diversas frentes no estado possam trabalhar, e vamos, sim, gerar desenvolvimento.

Nesse sentido, deputado, fiquei muito contente quando conversamos, com relação a sua ideia de retomar a comissão de Ciência e Tecnologia que existe nesta Casa. Creio que é uma iniciativa muito oportuna de sua parte trazer à discussão a questão da inovação da ciência e tecnologia, como um instrumento de desenvolvimento número um para o estado de Santa Catarina. Gostaríamos de ver, sim, outras iniciativas como a Certi acontecendo nas outras cidades.

Agradecemos de coração esta homenagem que foi feita e muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Fico muito feliz de ver a paixão que tem o professor Carlos Alberto Schneider em relação à Certi, tudo o que produziu e tudo o que tem por produzir ainda neste estado, neste país porque por mais que a previsibilidade possa ser péssima no que se refere à questão dos recursos, pois hoje estamos na era da computação e nuvens, temos que estar sempre unidos

para que sejam os mais claros possíveis no sentido do caminho que temos que tráfegar. E aí quero fazer dois desafios à Fundação Certi.

Realmente quis aprofundar-me mais neste assunto. Provavelmente sou um dos três deputados que mais lêem nesta Assembleia, mas conhecia pouco sobre a fundação. Quando acompanhamos uma missão para discutir a política de resíduos zero, a questão do lixo, na Escandinávia, e estava o Carlos Alberto acompanhando um grupo de dirigentes do ministério do Meio Ambiente se não me engano da Venezuela, representando o ministro, ficamos sabendo que a Fundação Certi faz consultoria para o governo Venezuelano. Acredito que poucos sabiam. Eu não sabia, por exemplo.

Isso demonstra a capacidade que se tem de se transpor barreiras e fronteiras através do conhecimento tecnológico que aqui se desenvolve.

Como disse, vou propor dois desafios. Primeiro para discutirem um selo de qualidade da Fundação Certi. Vou explicar o motivo. Talvez poucos conheçam uma pequena empresa, chamada WWK Sistemas Inteligentes, de Alfredo Wagner. Um garoto chamado Jaison Werlich saiu da universidade federal e resolveu desenvolver um sistema de gestão de planilha de aulas para escolas. O nome é WWK porque o pai e o cunhado, que são agricultores, e a irmã que trabalhava numa tecelagem, ajudaram-no a estudar.

Então, ele montou essa pequena empresa em Alfredo Wagner. Aí no ano passado houve uma licitação do governo do estado sobre um programa de gestão de escolas públicas do estado, de grade escolar, e ele foi impedido de participar por falta de conhecimento notório. No entanto, essa mesma empresa foi a São Paulo e ganhou uma licitação naquele estado. E a empresa que ganhou a licitação para o serviço neste estado por conhecimento notório, foi a empresa que perdeu a licitação para ele em São Paulo. No entanto, por ser do interior, de Alfredo Wagner, não era conhecida no estado, por essas barreiras que se constrói na burocracia.

Se uma pequena empresa dessas tivesse um selo de qualidade e reconhecimento dado por uma instituição como esta, talvez houvesse a oportunidade de estar participando. Dei entrada a uma ação popular. A licitação foi cancelada. Já havia sido efetuado o pagamento, e o preço dele era quase R\$ 900 mil a menos. Aí, foi cancelada e está em disputa judicial. Por isso a minha sugestão para, quem sabe, instituir-se um selo de qualidade da fundação.

O segundo desafio seria o seguinte. Perguntei ao professor e ele disse que não existe nenhum livro escrito sobre a Fundação Certi, com as empresas que saíram, com o que gerou na economia, inclusive com o que o professor acaba de descrever, a pouca falta de investimento comparando com o que gerou na economia catarinense neste país. E quero fazer

o desafio para que se lance esse livro nos 30 anos de Fundação Certi e que façamos o seu lançamento nesta Assembleia, e esta Casa já se propõe a ser parceira da elaboração desse documento que é importante não somente para quem está aqui, mas para a história de Santa Catarina e da Universidade Federal.

(Palmas)

No mais, quero agradecer a presença de todos e dizer que foi uma grande honra fazer essa homenagem em nome dos 40 deputados e em nome do Parlamento catarinense. Costumo sempre utilizar uma frase: "Precisamos aprender a enxergar depois do muro, porque quando ficamos do lado de cá, não sabemos o quanto podemos andar do lado de lá."

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, executado pelo coral da Assembleia Legislativa sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discorre sobre reuniões realizadas em Imaruá e Imbituba.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Fala da greve na Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reafirma a necessidade da abertura de diálogo entre o governo e os servidores da Saúde.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Crítica a posição do governo no tocante à greve dos servidores da Saúde.

Partidos Políticos

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Coloca a posição do governo quanto à greve na Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Dá continuidade ao seu pronunciamento sobre a saúde.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Expõe sua visão sobre a crise na Saúde de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede a intervenção do governador para pôr fim à greve na Saúde.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de autoridades do de Princesa e Cunha Porã.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Fala sobre o problema do autismo.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Aborda campanha da Fecam para que a presidente sancione o projeto dos *royalties* do petróleo aprovado pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Anuncia melhoria no estado de saúde do deputado Antônio Aguiar; dá as boas-vindas a prefeitos e vereadores eleitos de Ibirama e Taió.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Convida para o 1º Encontro de Políticas Públicas sobre Drogas, um Desafio Intersetorial.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Dá continuidade ao seu discurso sobre a greve na Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Afirma que a responsabilidade de pôr fim à greve na Saúde é do governador.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Elogia a inauguração de duas novas delegacias em Chapecó.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Registra a presença dos representantes do

Colégio Estadual Deputado Nilton Kucker, de Itajaí, no Parlamento Jovem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de fazer alguns registros neste momento, em função de uma ação que estamos desenvolvendo na condição de parlamentar, mas também na condição de presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Ontem estivemos na cidade de Imaruá e hoje, pela manhã, em Imbituba. Na região de Imaruá tivemos uma reunião com entidades ligadas ao setor da pesca artesanal, especialmente com relação à pesca nas lagoas do Mirim e do Imaruá, na qual uma das grandes questões levantadas foi o prazo do chamado seguro defeso do

camarão. Esse período atualmente é de 15 de julho a 15 de novembro e seu encerramento coincide com a colheita do arroz, quando são abertas as chamadas comportas, causando a fuga do camarão.

Além disso, há a diminuição da salinidade em virtude do período das chuvas, ocasionando o desaparecimento do camarão e, conseqüentemente, da fonte de renda de inúmeras famílias. É comum a renda do seguro defeso ser maior do que a do período de atividades.

Recebemos, nessa reunião, um documento de entidades não ligadas somente aos pescadores, mas da própria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imaruá. Através do documento pedem que façamos alguma coisa junto ao ministério do Meio Ambiente, no sentido da alteração da instrução normativa que estabelece o período do seguro defeso. Não se trata de diminuir ou eliminar o prazo, mas de antecipá-lo, para que termine antes de 15 de novembro. A sugestão é de que inicie no dia 1º de junho, terminando no dia 1º de outubro.

Gostaria de ressaltar que nesse tipo de reunião conseguimos conhecer melhor a realidade da pesca artesanal, que vem encontrado dificuldades de sobrevivência, apesar do grande número de famílias que dela dependem.

Quando se vai para uma região como Imaruá, que é um pedacinho abençoado por Deus, que é um paraíso da natureza, ainda se vê pessoas que vivem com dificuldades econômicas, principalmente as que dependem exclusivamente da pesca artesanal. Portanto, a reivindicação daquela comunidade é muito importante.

Depois dessa reunião aproveitamos para participar de um encontro com o prefeito eleito e sua equipe, a fim de debater um pouco sobre gestão pública e orçamento participativo. Na oportunidade percebemos o grande interesse da comunidade de que o governo municipal seja aberto, transparente e voltado para a comunidade.

Estivemos, de igual forma, em Imbituba participando de uma reunião com lideranças, que se mostraram preocupadas com o porto, que estava sob a administração do governo federal e que acaba de passar temporariamente para a administração do estado. A preocupação do imbitubenses é que o porto realmente fique a serviço da comunidade, do desenvolvimento da cidade e da região e que as lideranças locais tenham voz.

Sr. presidente e srs. deputados, eram esses registros que gostaria de fazer, informando ainda que iremos formalizar uma indicação ao ministério do Meio Ambiente e ao Ibama, visando à alteração do prazo do seguro defeso, para a qual espero contar com o apoio de todos os parlamentares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero, inicialmente, saudar o sr. presidente, a sra. deputada Angela Albino, os srs. deputados, os funcionários da área da saúde que se fazem presentes na Assembleia Legislativa, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e os funcionários desta Casa.

Os deputados Volnei Morastoni e Sargento Amauri Soares também devem assomar à tribuna desta Casa para falar da visita que fizemos, hoje pela manhã, juntamente com a deputada Angela Albino, Dirceu Dresch e Serafim Venzon, aos Hospitais Joana de Gusmão e Governador Celso Ramos.

Não faço parte da comissão de Saúde, mas sou enfermeira de profissão e faço parte da Mesa Diretora desta Casa. Assim, de uma vez por todas, queremos sanar esses problemas que estão acontecendo no estado de Santa Catarina na área da saúde, queremos intermediar a interlocução dos grevistas com o governo do estado, porque a greve já dura 30 dias.

Srs. parlamentares, nem todos os deputados tiveram a oportunidade de participar dessa visita da comissão de Saúde a esses dois hospitais, mas, sinceramente, é importante que o povo catarinense saiba o que está ocorrendo na saúde na Grande Florianópolis, nos hospitais públicos da região. E digo que a situação que encontramos não se deve apenas à greve, ela é anterior ao movimento dos servidores.

Também nos acompanharam na visita o presidente do Sindsaúde e o Conselho Regional de Enfermagem.

(Passa a ler.)

“Mais uma vez fica claro que os problemas vividos pela população de Santa Catarina não têm relação direta apenas com a greve na saúde.

No Hospital Infantil Joana de Gusmão, que atende à infância catarinense, presenciamos o descaso, a omissão e a falta de compromisso com as famílias, pois há 80 leitos fechados, a emergência está em reforma há mais de três anos e faltam 400 funcionários para dar conta do serviço.

Não sou eu que estou dizendo isso, quem disse foi o diretor do hospital, que nos recebeu pela manhã e falou-nos sobre o sofrimento do povo catarinense.

No Hospital Governador Celso Ramos não é diferente do que está acontecendo no Hospital Regional de São José, na Maternidade Carmela Dutra, no Hospital Hans Dieter Schmidt, de Joinville, no Hospital Regional de Chapecó ou no Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí, em Rio do Sul.

No Hospital Celso Ramos o mesmo descaso: há 52 leitos fechados permanentemente, faltam 540 funcionários, duas salas de cirurgia estão fechadas por falta de anestesistas, o pronto-socorro está com 47 internados nos corredores, o que, segundo o diretor do hospital, mais parece um campo de guerra.

O diretor ainda reclamou inúmeras vezes da falta de ampolas de morfina para fazer cirurgias, da falta de remédio para dor. Isso é problema de gestão, não de greve! Essa situação é anterior à greve, mas o secretário da Saúde e o governador do estado não tomaram uma posição até o momento. A realidade da saúde pública catarinense está na UTI.

O governo do estado resolveu eleger os servidores da saúde como responsáveis por esse caos; responsabilizou médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem pelos problemas enfrentados pela população na área da saúde.

Mas a verdade é que aquilo a que assistimos hoje só comprova o que vimos denunciando desta tribuna há muito tempo, ou seja, o viés autoritário, privacionista e a mais absoluta falta de gestão na saúde pública catarinense.

E para não dizerem que se trata de discurso de oposição, vou ler na íntegra a manifestação do presidente da Associação Catarinense de Medicina, dr. Aguiel Bastian Júnior, intitulada ‘Mistanásia - A morte miserável’, sobre a greve dos servidores da saúde e a crítica situação dos hospitais públicos estaduais. Vejam bem as palavras do presidente da Associação Catarinense de Medicina.

‘Ao que assistimos nos hospitais públicos de Santa Catarina é o exemplo mais concreto e duro de mistanásia. A morte miserável de pessoas pobres. O poder público não tem o direito de optar, nem a prerrogativa de elencar prioridades quando os direitos fundamentais da cidadania estão em pauta. É dever do estado parar tudo em prol das necessidades essenciais, deve suspender campanhas, realocar recursos de investimentos de outra ordem, enxugar seus recursos humanos administrativos e consequentes cabides de emprego e cumprir a missão primeira de um governante democrático: atender ao cidadão nas suas necessidades mais essenciais, que são a saúde, a segurança pública e a educação. Enquanto isso não for feito estaremos diante da condição inegável de falência do estado, passível de intervenção por parte da sociedade civil organizada e do poder público federal.

As entidades médicas notificaram o estado de Santa Catarina, na figura de sua secretaria de estado da Saúde, sobre a iminente inviabilidade ética de funcionamento das emergências dos hospitais públicos e conseqüente interdição das mesmas pelo Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

Não cabe ao cidadão discernir sobre os momentos da administração pública, atribuir responsabilidade a essa ou àquela gestão, porque no prisma do povo o governo é único, com projetos e responsabilidades continuadas, que não podem ser restringidas às marcas divisórias de quatro anos de governo, tão convenientemente usadas como desculpa para não fazer ou por não ter feito. Na ótica do cidadão valem mais os projetos de estado do que os projetos de governo.

Na mesma medida, não cabe ao poder público se escusar atribuindo as falências aos seus predecessores, mesmo que isso seja fato. Ao pleitear a função de dirigir o estado, a equipe que o faz assume a realidade como ela é e herda as benesses e as mazelas. Qualquer entendimento diferente é puro casuísmo e incompetência.

Sem relegar segurança pública e educação, cabe-me opinar sobre a saúde. As entidades médicas representadas pelo Conselho Superior das Entidades Médicas - Cosemesc - têm reiteradamente denunciado as carências de recursos humanos nos hospitais da rede pública em Santa Catarina, seja por meio das cartas de ‘apelo ao governador’ publicadas ativamente na imprensa, seja através dos ‘boletins do Cosemesc’ veiculados pelos sites.

A atual greve dos servidores é um direito constituído do trabalhador e expõe o desmantelamento das estruturas públicas da saúde.

Não defendemos a desassistência e enalteçemos os que se desdobram enfrentando a precariedade e atendendo aos doentes, mas penalizar primariamente o servidor público pelos prejuízos de uma greve tão indesejada é bater no mais fraco.

Nós, médicos, apoiamos o direito de greve dos funcionários da saúde desde que

respeitado o dever de manter os atendimentos de urgência e emergência'."

O que nós queremos, sr. presidente, é que o Parlamento catarinense abra os canais de negociação com o governo do estado e solucione esse problema de uma vez por todas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero continuar falando na linha da minha companheira, deputada Ana Paula Lima, sobre a visita que a comissão de Saúde, acompanhada de outros srs. deputados e deputadas, realizou, hoje pela manhã, aos Hospitais Infantil Joana de Gusmão e Celso Ramos. Sendo que amanhã pretendemos visitar a Maternidade Carmela Dutra e o Hospital Regional de São José.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, somente com a visita a esses dois hospitais já tivemos uma amostragem do que, com certeza, repetir-se-á nos outros hospitais públicos em todo o estado.

O problema principal é a falta de pessoal, o que foi, inclusive, o motivo, a razão principal pela qual os próprios servidores deflagraram essa greve. Os servidores estavam trabalhando no limite da exaustão desde o ano passado e durante todo este ano, o que já era do conhecimento do governo desde que assumiu há quase dois anos. No mínimo, dois mil servidores precisariam ser admitidos, naturalmente através de concurso público, para suprir as necessidades das unidades hospitalares do estado.

No Hospital Infantil Joana de Gusmão o diretor nos relatou que dos 800 servidores que estão lotados no hospital, em torno de 120 são médicos - e há mais os que estão em licença-prêmio ou de férias -, e em torno 600 servidores se revezam em quatro turnos. Mas a verdade, segundo ele, é que seriam necessários, no mínimo, mais 400 servidores.

Já no Hospital Celso Ramos, o diretor nos contou que são necessários mais 540 servidores e 175 técnicos de enfermagem. Então, esse é o problema número um. Os servidores que estão na ativa têm direitos conquistados que devem ser garantidos e valorizados.

Portanto, a justeza do movimento dos servidores é total porque nenhum sistema, e muito menos o sistema de saúde, vai funcionar sem que os seus servidores sejam devidamente valorizados, principalmente na saúde. Não quero fazer distinção de setor nenhum, mas estou aqui para falar da saúde porque ela lida com a vida, lida com situações extremas entre a vida e a morte. Assim, a saúde é o mais importante de tudo. Na escala de prioridades, tudo é importante, como são a educação e a segurança. Mas se não houver saúde, não haverá educação. A educação nunca vai exercer a sua prioridade, se a saúde não estiver em primeiro lugar.

Portanto, quando o sr. governador anunciou, como candidato, que a prioridade um, dois e três do seu governo seria a saúde e que as pessoas estariam em primeiro lugar, o povo catarinense confiou e garantiu-lhe a eleição, já que esse binômio gerou uma força extraordinária junto à população.

Acabaram de sair as pesquisas dos principais municípios sobre os anseios das comunidades em relação aos novos governantes municipais. E o que apareceu em primeiro lugar como a maior necessidade da população? A saúde! Sempre a saúde! Disparado a saúde, pois 80% dos entrevistados assim se pronunciaram.

Portanto, a greve da saúde apenas desnuda e evidencia uma realidade já existente. O governo não pode querer culpar os servidores pela situação da saúde! Pelo contrário, o governo tem que agradecer aos servidores o seu gesto de boa vontade, pois desde o começo deram um crédito de confiança e tempo ao governo, o que representou uma oportunidade para a nova administração estadual mostrar na prática o seu compromisso com a saúde.

No entanto, no dia de ontem, o governo recebeu no palácio mais de 20 representantes de entidades sociais e sindicais de forma truculenta, com gás de pimenta. Em vez do diálogo e da conversação - que é o fundamento da administração pública -, o governo fez nova ameaça através do superintendente dos hospitais, sr. Walter Vicente Gomes Filho.

(Passa a ler.)

"Srs. diretores,

Informamos que foi prorrogado por mais um dia a folha de pagamento junto à secretaria de Administração. Desta forma, solicitamos o repasse dessa informação aos funcionários, para que, caso haja interesse de retornar às atividades, o salário será mantido - novembro/2012."[sic]

Não é dessa forma que se vai chegar a bom termo! Não é dessa forma truculenta, dessa forma autoritária, sem diálogo, que a greve terá fim!

Sr. presidente, Portanto, os líderes partidário se reuniram na semana passada e o líder do governo assumiu o compromisso de manter contato com o governo do estado para, no mínimo, abrir o diálogo com os secretários da Saúde e da Fazenda. Estamos esperando! Já faz uma semana! Há três semanas a comissão de Saúde, após uma audiência pública para tratar desse assunto com representantes da secretaria de Saúde, encaminhou formalmente um pedido de audiência ao governador para que, além da comissão, outros parlamentares desta Casa iniciassem a interlocução com os grevistas. Nenhuma resposta até agora!

Portanto, o governo está tratando a saúde do povo catarinense dessa forma. O que adianta anunciar uma ação global para a saúde no valor de R\$ 580 milhões? Para quê? Para construir mais prédios? Ótimo, minha cidade também vai ser contemplada, pois precisa R\$ 42 milhões para construir um anexo no Hospital Marieta Konder Bornhausen! Mas não tem sentido a construção de mais prédios, se há tantos leitos inativos, cuja soma dá um número maior do que os leitos de um hospital inteiro?! Somente na Grande Florianópolis há 50 leitos de ortopedia fechados por falta de pessoal no Hospital Celso Ramos. No Hospital Infantil Joana de Gusmão há 80 leitos fechados há quanto tempo? Das oito salas de cirurgia que existem desde a inauguração do hospital, quatro nunca funcionaram.

Portanto, a saúde não pode ser prioridade somente no discurso, ela tem que ser prioridade na prática. E nesse sentido é que apelamos ao líder do governo para que no dia de hoje, na sua conversa com os secretários, veja a possibilidade de acontecer essa audiência, que se destina a abrir as negociações com o movimento grevista, para

aliviar não só o sofrimento dos servidores, que não querem ficar sem trabalhar, mas de todo o povo do estado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renó Caramori) - Obrigado, deputado.

O próximo orador inscrito é a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde a todos e a todas, aos trabalhadores da Saúde que estão aqui conosco, naturalmente quero reportar-me também à visita realizada aos dois hospitais da capital, colocando minhas impressões sobre ela.

A greve é um momento muito importante para aproveitarmos para repensar as nossas instituições. Não estamos só falando de carreiras, não estamos só falando da nossa vivência como profissional, mas também de repensar as nossas instituições. Digo isso porque ficou absolutamente claro a todas as pessoas que acompanharam a visita - e nela estavam vários deputados, algumas pessoas do sindicato e a imprensa - que o problema que temos hoje de atendimento é um problema estrutural, não é um problema da greve.

Já se disse aqui, em outros momentos, que se fosse cumprida a liminar de 70% de atendimento, seria muito bom em períodos ordinários, inclusive, porque hoje a saúde já não funciona a 70% da sua capacidade. Para nós é muito importante, para além até da greve, ter esse olhar sobre a saúde do estado de Santa Catarina que, nos dez últimos 10 anos, pelo menos, vem perdendo dia a dia a sua capacidade de dar respostas.

Houve um tempo em que o Hospital Infantil Joana de Gusmão atendia às crianças do estado inteiro, mas hoje há alas inteiras fechadas, sendo que das oito salas de cirurgia construídas, quatro delas jamais foram abertas. A unidade C, por exemplo, jamais pôde ser aberta. Por uma coincidência que a vida se nos apresenta, tenho ido ao Joana de Gusmão desde ontem porque meu netinho teve um problema grave de saúde e, inclusive, foi muito bem atendido pelas pessoas que lá estão. O quartinho em que ele está é o único que está ocupado, pois nenhum outro pôde sê-lo não em função da greve, mas em virtude do estado lastimável em que está o Hospital Infantil Joana de Gusmão, um hospital de referência, um hospital que ensina os pediatras que vão futuramente atuar em Santa Catarina e que precisa de um olhar mais apurado do governo.

Estava tentando entender, nos últimos tempos, por que o governador tem arrastado essa greve, porque é óbvio que é o governador do estado que está arrastando-a. É bom que todos que estão em casa saibam que esse pessoal que hoje está em greve adiou-a mais de uma vez para poder abrir negociação, para permitir conversa, diálogo, formação de comissão, tudo que sempre é feito para resolver um problema desse tipo. Dizer que não dá para resolver nada, não é argumento para quem senta em mesa de negociação. Nós precisamos avançar, precisamos criar pontes.

Estive, hoje, inclusive, lá na barraca que alguns servidores montaram e na qual ficam durante o dia, na frente do Hospital Infantil. Eles estão com disposição de diálogo, de conversa. É uma categoria que mal remunerada, que tem dificuldade de colocar o seu trabalho cotidiano em dia, mas principalmente é uma comunidade profissional que conhece as dificuldades de quem procura o seu serviço e está determinado a ajudar que seja diferente.

O governador precisa sensibilizar-se com isso, e quero partir desse ponto para dizer que nós não estamos falando apenas de Raimundo Colombo. Nós estamos falando de um projeto que está em andamento em Santa Catarina há dez anos e que desmontou o estado. Desmontou o estado na Saúde, desmontou o estado na Educação e desmontou o estado na Segurança Pública.

Talvez o mais importante para aprendermos agora é que a história é fruto das nossas escolhas. A história que temos hoje na Saúde não começou uma semana atrás ou com o atual governo, apesar de ser dele a responsabilidade de construir soluções. Esse processo de remunerar mal os profissionais da Saúde vem de longe. Porque não é o serviço público que é mal remunerado em Santa Catarina, são algumas categorias que são mal remuneradas, porque há gente ganhando muito bem, obrigada. Há gente que foi muito bem apadrinhada, que ganha todo tipo de gratificação, mas o governo nunca reclamou que isso onerava a folha. Acho que pensava que podia porque ampliava a base de determinado deputado, que tinha muita força política.

O problema é que exatamente os serviços mais significativos de um estado, como a Saúde, a Educação, a Segurança não estão sendo atendidos. Senão vejamos: a nossa Polícia Militar hoje tem um efetivo menor do que na década de 80! Ora, senhores, diante disso não é surpresa a mudança na percepção de segurança em Santa Catarina.

Eu estive em São Paulo, na sexta-feira, em uma reunião e fui motivo de chacota. As pessoas me diziam que os paulistas não viriam mais para Florianópolis porque aqui não estariam seguros. É isto que viramos: de um estado de excelência em qualidade de vida para um estado que é motivo de chacota!

Os trabalhadores da Educação tiveram que enfrentar o Bope nesta Casa e todo tipo de calúnia da imprensa. Disseram até que eles estavam sabotando os alunos. Ora, senhores, os nossos professores, ganhando R\$ 700,00 por mês, podem dar conta de educar as nossas crianças? Eles estavam apenas pedindo o cumprimento de uma lei federal, mas foram recebidos pelo Bope nesta Casa e tratados como marginais, como também estão sendo tratados os servidores da Saúde e aqueles que reivindicam na Segurança.

Portanto, o que estamos tratando aqui não é apenas de uma parte de uma categoria, o que estamos tratando é de uma concepção do estado. Porque em Santa Catarina somente as áreas de arrecadação têm salário muito bom. Alguns feudos foram constituídos, enquanto aquelas categorias das quais o povo realmente precisa não conseguem uma remuneração melhor.

O MEC, ministério da Educação, está abrindo uma campanha, senhores e senhoras, para sensibilizar os estudantes a ingressarem na carreira do Magistério, a serem pedagogos. Ora, quem de nós podendo não irá evitar que seu filho seja professor? Quem de nós podendo não irá evitar que seu filho seja técnico de Enfermagem! Quem de nós podendo não irá evitar que seu filho seja policial? Não porque não sejam carreiras dignas, não porque não sejam necessárias, porque são mais que dignas, são extremamente sacrificadas, vocacionadas e, em Santa Catarina, nos dias atuais, vilipendiadas, tratadas como bandidas, quando estão apenas em busca dos seus direitos.

E termino dizendo, senhoras e senhores, que um governador omisso, que não

aparece a não ser para dizer que quer levar a Fórmula 1 para o município de Penha, não merece o nosso respeito, não merece ter o nome de governador. O governador Raimundo Colombo é coadjuvante no próprio governo. Quem votou nele - e eu não levo esse pecado para o meu enterro - não votou em conselho gestor, em conselho de não sei o quê!

Senhores, uma política foi defendida por esse governo, e onde se esconde o governador? Tem medo de quê? Tem medo de quem? Somente vai para São Paulo para abrir pauta e dizer que agora é pacto. Não servirá para a Saúde de Santa Catarina o pacto proposto, porque a saúde é feita por pessoas e não com equipamentos, com tijolos, não é feita com outra coisa que não seja com os profissionais, aqueles que dão banho nas crianças, que aplicam a injeção, que lavam os lençóis, desde o profissional mais capacitado ao mais simples. É disto que é feita a Saúde, a Educação e a Segurança: de pessoas! E o governador precisa ser homem o bastante para vir aqui e dizer o que irá fazer!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos agora ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB, que fez uma permuta com o PSD.

Com a palavra, então, o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores públicos da Saúde de Santa Catarina que se fazem presentes, quero concordar com uma pequena parte da exposição da eminente deputada Angela Albino, minha amiga pessoal, a quem respeito muito, defensora intransigente dos servidores públicos e das grandes causas do nosso estado. Mas quero tomar a liberdade, deputada, de discordar de duas colocações que v.exa. fez da tribuna desta Assembleia.

Primeiramente, quero concordar com a explanação geral do contexto estadual e nacional das dificuldades da Saúde, da Educação e da Segurança Pública, da falência do poder público, eu diria. Nisso eu concordo, todos nós concordamos, o serviço público, independentemente de partido - e não sei se o seu partido dirige alguma prefeitura no Brasil, provavelmente dirige e certamente não remunera adequadamente o servidor da Saúde, porque o caos é geral -, é oneroso, é lento e não tem dado respostas às pessoas.

Então, desse ponto de vista concordo em gênero, número e grau, mas temos que fazer *mea culpa*. Fui vereador, sou deputado, a senhora foi vereadora, agora é deputada, quer dizer, todos nós temos que fazer um *mea culpa*. Não adianta dizer que o culpado é o prefeito, o governador, a presidente Dilma Rousseff, até porque nós, deputados, também temos uma pequena parcela pequenina, quem sabe, de culpa.

Muito bem, mas quero discordar no que diz respeito à omissão do governo no que tange à Saúde. Sabemos que a greve é um direito legítimo que deve ser garantido. Agora, precisamos entender que os servidores da Saúde atuam numa área essencial e que há catarinenses correndo risco de vida nos hospitais, pois não estão sendo atendidos! Isso tem que ser dito! Tenho ouvido depoimento nas ruas de pessoas que estão cobrando do governo uma posição, mas estão cobrando dos

servidores. Essa é a grande verdade, talvez dura, mas tem que ser dita.

Muito bem. Quero dizer que a hora/plantão será mantida, não haverá perdas. Quero informar, se me permitirem, que a gratificação, infelizmente - e, talvez, deputada Angela Albino, se seu partido estivesse no governo também desse a mesma resposta - não poderá ser concedida porque não há recurso, já que a arrecadação caiu assustadoramente. Ela tem que voltar a ser discutida, debatida e temos que conceder, quem sabe, no ano que vem? Sim, por que não?

Estamos encerrando o ano, deputado Ismael dos Santos, temos condições de continuar discutindo, porque esse é o melhor caminho, presidente Reno Caramori, e poderemos dar a gratificação para os servidores da Saúde no ano que vem. É assim que se constrói! Temos que falar, mas temos que saber ouvir e talvez seja difícil. Temos que saber ouvir!

Agora, o sindicato está tendo dificuldade de manter a greve, está-se desgastando. Isso não é bom para a entidade, não é bom para Santa Catarina e não é bom para os servidores porque estão sendo sacrificados e eles sabem disso! Qual é a posição do governo? O governo propõe claramente o seguinte: os servidores voltam ao trabalho e o governo reabre as negociações no mesmo instante, presidente, mantendo a hora/plantão e continuando a discutir para conseguir a gratificação no ano que vem.

Estamos encerrando o ano e precisamos voltar a negociar para poder avançar. Todos sabem que os servidores da Saúde têm que ser bem remunerados. Todos nós sabemos! Agora, são mal remunerados os do Rio Grande do Sul, que o PT governa, e os de todo o Brasil. Ninguém faz milagres! O governador Raimundo Colombo não é omisso. O governo Raimundo Colombo é responsável, está trabalhando, está tocando a administração, está fazendo obras e vai melhorar, com certeza, a remuneração dos servidores da Saúde de Santa Catarina. Vai, sim, por que não?! Agora, é preciso que voltem ao trabalho para que possamos reabrir as negociações, para que possamos avançar e dar um salário digno a todos vocês, servidores da Saúde, porque merecem e atuam numa área essencial para a comunidade.

Deputada Angela Albino, também não poderia deixar de dizer que os incêndios, os crimes que aconteceram em Santa Catarina são consequência de uma conjuntura nacional. A questão das fronteiras e a entrada de armas e de drogas no país cabem ao governo federal. Então, não dá para atribuir ao governador Raimundo Colombo o ataque realizado por esses bandidos há poucos dias neste estado. Isso é resultado da política do governo do estado e federal. Onde estão os recursos do governo federal para fazermos os presídios industriais ou agrícolas? Não vieram!

Gostaria de dizer que estamos fazendo uma proposição para contribuir de forma racional. A proposição seria que os servidores voltem ao trabalho e vamos reabrir as negociações, manter a hora/plantão e avançar na gratificação no ano que vem, se Deus quiser! O ano que vem será diferente, a arrecadação deverá reagir e a Saúde, ainda no governo Raimundo Colombo, será prestigiada porque vocês precisam e merecem o nosso reconhecimento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Saúde aqui presentes, vou dar continuidade ao meu pronunciamento anterior, falando de uma audiência pública que presidi ontem, em São Miguel d'Oeste, para tratar da necessidade imperiosa da descentralização de serviços de saúde para outras regiões do estado, notadamente para o extremo oeste catarinense.

O Hospital Regional do Extremo Oeste catarinense, em São Miguel d'Oeste, está em condições de atender paciente, principalmente nas áreas de oncologia, neurocirurgia e ortopedia. Até os profissionais médicos estão disponíveis, mas é claro que o hospital precisa de mais servidores. Contudo, já há na cidade neurocirurgiões, oncologistas, uma equipe com especialidade em ortopedia em ombro, quadril e joelhos e até cirurgião vascular.

Então, essa procissão de ambulâncias que continua acontecendo no estado não termina porque falta vontade política de dar à Saúde prioridade, da mesma forma que falta vontade de dar a devida atenção à greve dos servidores, que é justa, legítima, e traz à tona uma realidade existente em todo o estado.

A comissão de Saúde e a Frente Parlamentar dos Pequenos Hospitais, presidida pelo deputado Mauro de Nadal, realizaram mais de 30 audiências públicas em todo o estado, entre 2011 e 2012, fazendo um diagnóstico que foi entregue ao próprio governo Colombo Salles.

Além disso, levamos a direção dos hospitais a debater pontualmente com secretário estadual de Saúde. Mas o secretário não manda nada. Não manda absolutamente nada! Acompanhei o prefeito de Canelinha à audiência e ele apresentou o problema do hospital, que seria resolvido com R\$ 400 mil ou R\$ 500 mil. O secretário não fez nada! Apresentamos propostas para Tijucas, Canelinha, São João Batista e Nova Trento. Eu até disse: "Ora, sr. secretário, resolva por partes!" Mas ele nada fez.

Catarinenses, o secretário deveria resolver pontualmente a questão dos hospitais. Por exemplo: o Hospital Infantil Joana de Gusmão precisa do quê? De reforma? Mas tem que começar e terminar!

E o que é necessária o Hospital Celso Ramos? Colocar em funcionamento os 50 leitos de ortopedia que estão fechados? Pois então faça isso! Ora, será que não tem condições de sentar com a direção de cada hospital e saber quais são as suas necessidades e resolver ponto a ponto?!

O que se conclui disso tudo? Que o problema é de gestão. E grave!

Até ontem eu acreditava que o problema principal era principalmente o subfinanciamento da Saúde. Que o problema era a necessidade de mais e mais dinheiro. Sim, que o governo federal, que é do meu partido, precisa colocar mais dinheiro na Saúde é verdade. Inclusive, na sexta-feira estarei em Vitória, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, fazendo um balanço nacional do projeto de lei de iniciativa popular que determina que a união aplique no mínimo 10% da sua arrecadação total de impostos na Saúde. Precisamos de mais dinheiro, sim, para os estados, para os municípios.

Mas a verdade, srs. deputados, não é somente o subfinanciamento. Hoje, pela manhã, deu-me um estalo durante a visita a esses dois hospitais que eu já havia visitado outras vezes. Hoje ficou claro que grande parte dos problemas que estamos encontrando decorre da falta de gestão, da incompetência, da incapacidade ou da falta de vontade política. Se não for incompetência, se não for incapacidade, então é negligência ou é, simplesmente, falta de vontade política.

Eu acho que o principal motivo é a falta de vontade ou então querem deixar sucatear cada vez mais, para que todos pensem que a solução é entregar a gestão às organizações sociais. Mas nós sabemos que se trata de uma panacéia, que não vai resolver problema algum.

A saúde tem indicadores, tem premissas. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, da qual participaram milhares de brasileiros, encaminhou as premissas que serviram de base para os constituintes de 1988, premissas essas que constam do capítulo da saúde da Constituição Federal. A regionalização, a municipalização, a universalização e a equidade, todos esses princípios constam da nossa Lei Maior, basta cumprir.

Quando o governo alega que a receita de 2012 caiu, na verdade a receita do estado de Santa Catarina aumentou R\$ 600 milhões. Portanto, tem dinheiro! Além disso, a Saúde tem um crédito de mais de R\$ 400 milhões, porque de 2005 até agora, mais de R\$ 400 milhões deixaram de entrar nos cofres do Fundo Estadual de Saúde, em função dos recursos do Fundo Social e Seitec, que não creditaram os 12% determinados pela Constituição. Há ainda os R\$ 3 bilhões que o governo do estado receberá do governo federal como compensação da equalização das taxas portuárias. O governo estadual lançou um pacto pela saúde no valor de R\$ 580 milhões. Para quê? Se não destinar parte desses milhões para atender à reivindicação do servidor, que é um dos pilares fundamentais do sistema de saúde, não começará a resolver os problemas.

Temos que lembrar ainda os R\$ 200 milhões do Revigotar 3! No ano passado, deputado Mauro de Nadal - e v.ex.a. é testemunha disto, porque corremos o estado para debater a situação dos pequenos hospitais, que também clamam por uma assistência maior do estado -, dos R\$ 280 milhões arrecadados em função do Revigotar 3, tirados os R\$ 80 milhões para os municípios que a lei prevê, o restante seria para a Saúde. No entanto, o governo não aplicou onde estava previsto, o dinheiro foi desviado pela secretaria de Fazenda para outra finalidade, contrariando o que foi aprovado nesta Casa.

Se somarmos os R\$ 400 milhões dos fundos que deixaram de ir para a saúde, com os R\$ 200 milhões do Revigotar 3, já estaremos falando de R\$ 600 milhões. Além disso, os próprios servidores dizem que 80% da hora/plantão e da hora/sobreaviso podem ser reestudadas, o que daria uma economia de R\$ 6 milhões, o suficiente para atender às reivindicações com o dinheiro que já existe na Saúde.

Portanto, dinheiro há. O governo é que não está tendo vontade política de atender e valorizar o servidor público, o governo quer ganhar no cansaço, numa queda de braço que, infelizmente, não ajuda ninguém.

A secretaria tinha que exercer um papel fundamental de apoio aos municípios, atuando na solução das necessidades das regiões. No entanto, é um governo inoperante,

que não resolve e que não dá resposta alguma a um serviço pelo qual o povo de Santa Catarina mais clama!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, minha saudação muito especial aos servidores da Saúde, que também acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Iriamos abordar alguns assuntos referentes ao nosso partido, o PSDB. No entanto, pela manhã, atendendo a um pedido e a um convite do presidente da comissão de Saúde desta Casa, deputado Volnei Morastoni, acompanhei a visita aos Hospitais Celso Ramos e Joana de Gusmão, juntamente com as deputadas Angela Albino e Ana Paula Lima, e com o deputado Sargento Amauri Soares.

Confesso, sr. presidente, que não me surpreendi com o que vi no Hospital Celso Ramos. Não me surpreendi com a cena de uma maca encostada na outra ao longo dos corredores e em cima dessas macas pacientes que aguardam uma cirurgia que talvez nem chegue a ser feita. E digo que não me surpreendi porque essa mesma cena vejo há três ou quatro anos tanto no Hospital Regional de São José, quanto no Hospital Celso Ramos, especialmente nesses dois hospitais.

Mas quero dizer para quem acompanha a movimentação da greve dos servidores que a Saúde não está mal devido à greve, apenas acho que é a oportunidade para a sociedade e especialmente para as pessoas do governo que não estão diretamente ligadas à Saúde passarem a ter conhecimento da realidade.

A Saúde está caótica há muito tempo, há muito tempo! Agora apenas se agravou e tornou-se notícia. O pessoal do oeste de Santa Catarina, de todas as cidades do interior em geral sempre precisou sair da sua origem e vir para a capital para se tratar. Por exemplo, Blumenau não tem hospital público, nem Criciúma e Curitiba. Já em Caçador e em São Miguel d'Oeste há hospital público. Portanto, se a greve fosse o problema da Saúde, nesses lugares não haveria problema nenhum.

O que quero dizer é que o problema da Saúde existe há muito tempo, é estrutural e, em minha opinião, tem que ser resolvido pelo governador, porque pelo atual modelo do estado e do país, não é o secretário da Saúde que manda. Já afirmei na semana passada e os servidores não têm culpa, são vítimas, os pacientes também não têm culpa. Tem culpa aquele que sabe como funciona, mas não resolve.

A estrutura da saúde de Santa Catarina não tem poder para impor mudanças diante do SUS nacional. O sistema de credenciamento é perverso, porque alguns hospitais do estado que estão dentro de um conjunto de exigências recebem o credenciamento para determinados procedimentos, outros hospitais já não recebem. Por exemplo, São Bento do Sul, que tem aproximadamente 100 médicos, tem praticamente todas as especialidades. Lá são realizadas cirurgias

ortopédicas, neurológicas. O Hospital de São Bento do Sul praticamente realiza todos os procedimentos. Eu não sou daquela cidade, mas conheço o seu corpo clínico. Só que faz pela Unimed, faz particular, faz de graça, porque não consegue credenciamento no SUS.

A grande maioria dos hospitais do interior não tem credenciamento para operar as amígdalas, para fazer uma amigdalectomia! Para o cirurgião fazer essa cirurgia pelo SUS em São Bento do Sul precisa trocar o código! Eu até já aprendi a chamar de mentira de Santo Agostinho, pois esse santo classificou as mentiras em 13 tipos. Umas fazem bem e outras são extremamente ruins. Há alguns médicos no interior, por iniciativa própria ou por complacência do hospital, que para atender à necessidade de alguns pacientes, muitas vezes são obrigados a mentir, a trocar códigos.

Então, srs. deputados, a história do credenciamento é uma forma de excluir e por isso os pacientes não são atendidos porque os hospitais não fazem cirurgia de hérnia, de vesícula etc. E não fazem não porque não há médico capacitado ou porque o médico não quer, é porque são credenciados pelo SUS.

Então, a "ambulancioterapia" que todos comentamos e somos contra continua acontecendo por culpa do sistema, e quem pode mudar esse sistema é o SUS nacional. Naturalmente, tem que ter a participação do secretário estadual de Saúde para poder mudar isso e, quiçá, até do governador e desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSc Digital e nesta Casa na tarde desta terça-feira, especialmente os servidores da saúde pública do estado.

Está absolutamente claro, e se não estava precisa estar, que essa greve foi provocada pelo governo que suga o sobretrabalho dos servidores há mais de duas décadas através da chamada hora/plantão, que chega até 75% da remuneração desses servidores.

O governo, que está usando os trabalhadores com esse objetivo há mais de duas décadas, num determinado dia resolveu contratar 611 servidores para trabalhar apenas no Hospital Regional de São José. Faltam 2.400 funcionários nos hospitais públicos do estado. O governo não contratou nenhum para os outros hospitais, mas contratou 611 de uma vez para o Hospital Regional de São José e mandou dizer que não haveria mais hora/plantão.

Ora, cortar até 75% do salário é relativamente grave e é mais grave ainda porque esse valor é incorporado para a aposentadoria na média dos últimos 36 meses de trabalho. Ou seja, o governo estava dando uma facada na aposentadoria dos servidores da Saúde. Depois, quando a greve já havia começado, o governo pediu 15 dias de prazo para apresentar uma proposta. Os trabalhadores deram os 15 dias, mas o governo não apresentou proposta alguma. Quando a greve foi retomada, o governo falou de uma proposta e começou a passá-la através dos diretores dos hospitais. Qual a proposta?

Incorporar o valor da hora/plantão e aumentar a jornada de trabalho em 12 horas semanais. Ou seja, manter exatamente o mesmo salário e tirar um direito importantíssimo conquistado na greve histórica de 1996, que está consagrado em lei aprovada por esta Casa.

Com isso o governo fortaleceu a greve. Aí vieram as ameaças, a coação, as liminares, os boletins de ocorrência e agora ameaça com o corte do salário. Prorrogaram a ameaça mais 24 horas. Por quê? Não deu efeito ainda da semana passada até hoje? Estão ameaçando novamente, dando mais um dia para os grevistas pensarem! O governo não está levando a sério uma categoria fundamental para a prestação de serviços à população; não está levando a sério servidores com décadas de serviços prestados aos catarinenses. Essa ameaça não vai dar certo, não está dando certo! Vai aumentar a radicalização da greve!

Na tarde de ontem um grupo de dirigentes sindicais de diversas entidades foi ao Centro Administrativo cobrar uma audiência que havia solicitado na segunda semana da greve. Foi recebido com *spray* de pimenta, deputada Ana Paula Lima, pela guarda do palácio!

Até quando o governador Raimundo Colombo pretende pousar de bom moço? E agora dizem que o *sparing*, aquele que o governo escalou para levar pancada, vai receber essa comitiva de sindicalistas na próxima sexta-feira sem o Sindsaúde, que é o sindicato que está dirigindo a greve.

O governador disse que não vai conversar com ninguém. E nem precisa dizer, nós já solicitamos e a comissão de Saúde também solicitou uma audiência com o governador para tratar desse assunto, mas o governador não recebe ninguém para conversar! Que estado é esse que depois de mais de 30 dias de greve, o secretário da Saúde continua proibido de negociar qualquer coisa com os servidores em greve e o governador, que durante a campanha disse que iria priorizar a saúde, não aceita conversar com ninguém sobre uma greve que já dura mais de 30 dias. Que estado é esse?

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito Nico Lamberty, de Princesa; do vice-prefeito eleito André Fabiano Primaz, do secretário de Administração; da vereadora Nega Rampi e de Somar Hubner, de Cunha Porã. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, trabalhadores da Saúde, nossa solidariedade à causa de vocês. Torço para que o governo sente e converse o quanto antes com a categoria, porque acredito que a Saúde, assim como qualquer órgão do governo, só irá bem quando seus colaboradores estiverem felizes e

trabalhando satisfeitos. E tudo isso passa pela valorização do seu quadro funcional.

Tenho um assunto para tratar hoje, que vem ao encontro dos problemas vividos pela minha família e de muitas outras em todo o mundo, que é o autismo.

Eu tenho um sobrinho autista, que no domingo fugiu de casa causando uma grande aflição a toda a família, porque foi a fuga mais longa de todas as outras, durou toda a noite. Tomamos um susto grande porque nunca havíamos passado por aquilo. Ele já havia fugido algumas vezes, mas sempre conseguíamos encontrá-lo num curto período de tempo, às vezes machucado, porque ele também é portador de epilepsia e, apesar de ter 18 anos de idade, é muito preocupante porque precisa de cuidados especiais.

Conversando e pesquisando sobre esse assunto, que é uma doença grave, vimos que não são raras as fugas de crianças e jovens autistas. Isso ocorre constantemente, a toda hora, inclusive nos Estados Unidos, onde foi realizada uma pesquisa que dá conta de que 50% das crianças portadoras de autismo fogem de casa e, muitas vezes, sofrem acidentes de trânsito chegando até mesmo a morrer atropeladas. Em outros casos, como o do meu sobrinho, algumas são epiléticas e acabam morrendo tendo em vista o agravamento da doença.

O número estimado de autistas no Brasil aproxima-se de dois milhões, sendo que metade deles não sabe que o são, ou seja, a família não tem conhecimento da doença. No Brasil não há um estudo, uma pesquisa desenvolvida sobre o autismo. Ainda não se sabe ao certo o número de autistas e por isso não há uma política pública apropriada para cuidar dos portadores dessa doença. Precisamos saber com precisão quantas são as crianças que sofrem desse mal para depois implementar políticas públicas.

Estima-se que no mundo há 70 milhões de autistas. É quase meio Brasil de pessoas que sofrem com o autismo. E para retratar um pouco desse problema, em São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, no último dia 3 de novembro, uma criança autista foi atropelada por um motociclista; além desse caso, o dentista de minha esposa disse ter um sobrinho autista que fugiu de casa; o vizinho tem um irmão autista que também fugiu. Quer dizer, precisamos de atenção para esse assunto e tanto o governo federal quanto os governos estadual e municipal precisam atentar para esse grave problema, que é uma alteração na capacidade de comunicação, de socialização e de comportamento do indivíduo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital.

Na tarde de hoje, na sala de imprensa desta Casa, houve o lançamento de uma campanha que visa constituir unir Santa Catarina e os demais estados da federação no

sentido de sensibilizar a Presidência da República com relação ao projeto dos *royalties* do petróleo.

Chegou a hora! Se realmente queremos fazer deste país uma federação, temos que começar agora. E vamos começar pela divisão das riquezas minerais de maneira justa. Não é correto que o petróleo que está na profundidade dos oceanos, a mais de 200 milhas do continente, tenha poucos donos. Não é justo que os recursos dos *royalties* do petróleo fiquem apenas para dois estados, deputado Kennedy Nunes, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e para somente 30 municípios.

Este é o momento de todo o Brasil gritar! Os deputados federais já fizeram a sua parte e aprovaram o projeto. Agora é a vez da sociedade. E nós, que estamos nesta Casa, cada um representando uma fatia da população catarinense, temos que nos immanar nessa campanha que foi gestada pela Federação Catarinense dos Municípios, a nossa Fecam, pedindo que a presidente Dilma Rousseff sancione o projeto dos *royalties* aprovado pelo Congresso Nacional.

Somente para se ter uma ideia do volume de recursos, se continuar tudo como está, se a presidente vetar o projeto aprovado, os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo receberão, de *royalties*, R\$ 201 bilhões no ano que vem, enquanto o resto do Brasil, municípios e estados, receberão apenas R\$ 17 bilhões.

Caso a presidente sancione o projeto, mesmo assim o Rio de Janeiro e o Espírito Santo ainda receberão, em 2013, R\$ 105 bilhões, mas os demais estados da federação dividirão R\$ 140 bilhões, que poderão ser investidos em segurança pública, em educação e em saúde. Se continuar como está, o recurso não poderá ser aplicado em educação, saúde e segurança pública.

Por isso, quero cumprimentar a população que está aqui pedindo apoio à saúde, pois os recursos advindos dos *royalties* poderão ser uma maneira de melhorar a remuneração dos servidores públicos, notadamente os da Saúde.

Queremos cumprimentar os prefeitos que estiverem reunidos nesta tarde, liderados pelo presidente da Fecam, Douglas Warmling, o Guinga, e dizer que precisamos somar esforços, presidente Reno Caramori, para convencer a presidente Dilma Rousseff a sancionar a lei dos *royalties* do petróleo.

O nosso gabinete lançou, na tarde de hoje, juntamente com a Fecam, uma camiseta para marcar a campanha de Santa Catarina e para nos juntar aos demais estados pedindo que a presidente Dilma Rousseff sancione o projeto. O nosso lema é: *Royalties* para Todos.

Para isso, através das redes de comunicação social, todos os catarinenses vão utilizar o jogo da velha, deputada Ana Paula Lima - e v.exa. também é a favor desta campanha Sanciona Dilma -, a partir de hoje, para mostrar pressão e fazer o contraponto com o Rio de Janeiro, que se mobilizou. Está certo que utilizou recursos públicos para isso, mas fez a sua mobilização defendendo os seus interesses. Cabe a nós, cidadãos catarinenses e brasileiros, também fazer a nossa parte nessa campanha que é justa e que vai melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

Nem sempre muito dinheiro num estado ou município significa qualidade no serviço público. Prova disso é que Rio de Janeiro e o Espírito Santo não são referência para este país em nenhuma política pública. Mas se dividirmos um pouquinho para cada um, vamos melhorar o Brasil por inteiro.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, também nos posicionamos a favor de que esses recursos sejam divididos com os demais estados brasileiros, contra o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Acho que a presidente Dilma Rousseff é republicana e vai fazer a divisão correta. E essa é a manifestação também dos deputados catarinenses na Câmara dos Deputados.

V.Exa. falou que os *royalties* do petróleo se vierem para Santa Catarina poderão ser destinados à Saúde. Mas já vieram vários recursos federais à Saúde e o governador não resolveu o problema ainda. Mas sua camiseta me deu uma ideia! Poderíamos fazer uma camiseta assim: Governador Raimundo Colombo, receba os servidores públicos da Saúde para resolver um problema que já dura 30 dias e que faz a população sofrer.

Meus parabéns por essa iniciativa. Eu gostaria que v.exa. também fosse com os outros parlamentares uma voz ativa para que o governador se sensibilizasse com a questão da Saúde em Santa Catarina.

Parabéns pelo seu discurso!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigada, deputada Ana Paula, estamos juntos nessa caminhada pela melhoria da qualidade dos serviços de saúde em Santa Catarina. Pode contar conosco!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Concedo um aparte ao nosso já quase prefeito de Lages, deputado Elizeu Mattos .

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Milton Scheffer, acho que a presidente Dilma deve ter recebido pressão do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, no que se refere à questão dos *royalties*. Então, acho que esta Assembleia Legislativa deve fazer uma moção de apoio à sanção, pela presidente Dilma Rousseff, dessa lei que beneficiará todo o país.

Esta é a sugestão que dou a v.exa.: elaborarmos uma moção pedindo a sanção do projeto aprovado pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Elizeu Mattos, vamos acatar sua sugestão e providenciar uma moção em nome desta Casa.

Vamos convidar o presidente da Fecam para estar amanhã conosco trazendo-nos mais informações e fortalecendo esse movimento que tem que ser de toda a sociedade catarinense e não apenas dos prefeitos, dos deputados estaduais, dos deputados federais e dos senadores. Ela tem que ser de todos nós, catarinenses, para conquistarmos mais recursos para o estado de Santa Catarina.

Agradeço muito, presidente Reno Caramori, pela oportunidade e convido todos a se engajarem na campanha: Sanciona, Dilma! Esse é o pedido de todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigada, deputado. Realmente é uma missão importante, até porque o Rio de Janeiro está-se mobilizando.

Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o último espaço pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, é uma satisfação podermos voltar à tribuna deste Parlamento para relatar o estado de saúde do nosso deputado Antônio Aguiar, que na última semana se submeteu a uma séria cirurgia no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, e graças a Deus está-se restabelecendo muito bem e provavelmente na próxima semana já estará no convívio dos catarinenses recuperando-se em Canoinhas.

Então, no horário do PMDB, gostaria de comunicar a toda sociedade catarinense, obviamente que com a autorização do nosso eminente deputado Antônio Aguiar, a sua situação de saúde, até porque existe muita especulação quanto ao seu quadro clínico. Mas, como disse, graças a Deus ele está restabelecendo-se e logo voltará ao nosso convívio.

Também gostaria, neste momento, sr. presidente, de registrar a presença na Casa do Povo de Santa Catarina do prefeito eleito de Taió, Hugo Lembeck, que é ex-secretário de Desenvolvimento Regional e ex-prefeito de Salete, que está acompanhado do vereador Arno Xavier.

Eles estão fazendo um périplo pelos órgãos governamentais em Florianópolis, já se preparando para a nova administração, que terá início no dia 1º de janeiro de 2013.

Desejamos sucesso ao novo prefeito Hugo e ao vereador Xavier. A comunidade de Taió sabe que pode contar incondicionalmente com o nosso apoio e com o apoio deste Parlamento no que tange a obras, serviços e ações.

Também gostaria de registrar a visita do prefeito eleito de Ibirama, Osvaldo Tadeu Beltramini, acompanhado dos vereadores eleitos Nego Sartor e Jucélio Andrade, e do nosso querido amigo de Dalbergia. Eles também vieram buscar subsídios para o novo governo daquela cidade, que inicia no dia 1º de janeiro do ano de quem.

É bom lembrar que o nosso querido Jucélio Andrade fez uma votação expressiva, bem como Nego Sartor. Na verdade, o nosso mandato pertence à comunidade de Ibirama e à região do alto vale do Itajaí, que representamos nesta Casa do Povo de Santa Catarina.

Registro ainda, sr. presidente a presença do nosso vice-prefeito eleito de Ibirama, Francisco Lohn, acompanhado do presidente do PMDB, Marcondes Zuma.

Nós, na condição de deputado estadual e líder da bancada do PMDB neste Parlamento, temos a responsabilidade de fazer com que os pleitos e as aspirações da comunidade da região do alto Vale, iniciando-se por Taió e por Ibirama, possam ser atendidos. E para tanto estamos à disposição dessas comunidades, para ser efetivamente o emissário das boas novas do governo do estado junto às nossas comunidades, no que se refere a obras, serviços e ações que os municípios precisam para o seu desenvolvimento.

Gostaria também, em nome da bancada, de anunciar que no próximo dia 12 de dezembro estaremos fazendo a festa de confraternização de todos os servidores que atendem aos gabinetes dos nossos deputados, juntamente com convidados como os secretários de estado e o vice-governador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Esta Presidência suspende os trabalhos até as 16h, quando adentraremos à Ordem do Dia, tendo em vista que alguns projetos ainda em tramitação.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0191/2012; 0210/2011; 0230/2012; 0240/2012; 0272/2012; 0276/2012; 0294/2012; 0304/2012; 0320/2012; 0330/2012; 0371/2012; 0373/2012; 0391/2012; 0392/2012; 0405/2012; 0426/2012; 0557/2012; 0588/2012; 0593/2012; 0628/2012 e 0635/2012, todos de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0070/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0073/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0262/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0305/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0325/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0348/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0359/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0430/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0225/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo, que institui o Dia do Produtor de Leite no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0364/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação e discussão em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0152/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de certidão de URH pendente de pagamento com crédito tributário e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação e discussão em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0264/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Semana da Segurança do Ciclista no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0445/2012 e 0446/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0447/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0448/2012 e 0449/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0450/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.045/2012, 1.046/2012, 1.047/2012, 1.056/2012, 1.057/2012, 1.058/2012 e 1.059/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.048/2012, 1.049/2012, 1.050/2012, 1.051/2012, 1.052/2012, 1.053/2012, 1.054/2012 e 1.055/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.

Pedido de Informação n. 0091/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários da Fazenda, da Casa Civil, da Educação e da Agricultura, solicitando informações sobre as políticas públicas, programas e ações que o estado de Santa Catarina vem construindo para fixar a juventude no espaço rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Sr. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0092/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários da Fazenda, da Casa Civil e do Planejamento, solicitando informações sobre a empresa que opera os programas para pregões eletrônicos e pregões presenciais no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Sr. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O deputado Joares Ponticelli não está presente. Havia uma solicitação sua para suspensão da sessão para a escolha das escolas da 14ª edição do Programa Parlamento Jovem. Assim, o sorteio fica para amanhã.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, primeiro orador inscrito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Aleesc Digital, servidores públicos que ainda se encontram na Casa.

Com muita satisfação, deputado Darci de Matos, contamos com sua presença hoje à noite, quando teremos a abertura do 1º Encontro de Políticas Públicas sobre Drogas, um Desafio Intersetorial. Esse encontro está agendado há mais de seis meses e é uma iniciativa da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, que conta com a parceria

das secretarias conexas ao tema: de Saúde; de Assistência Social, Trabalho e Habitação, de Segurança Pública, de Justiça e Cidadania e de Educação.

Queremos de fato estabelecer uma linha mestra para o debate de políticas de prevenção às drogas no estado de Santa Catarina. Temos, de forma até repetida, falado dos desafios da problemática do uso de substâncias psicoativas na maioria dos municípios de Santa Catarina. Pesquisa recente aponta que 84% os municípios de Santa Catarina enfrentam de uma forma explícita essa problemática, que atinge todas as camadas sociais e todas as faixas etárias.

Portanto, entendemos que a questão da dependência química constitui um problema que precisa ser visto sob a ótica da ordem social e da saúde pública, porque causa impactos na saúde e em muitas outras áreas.

O que buscamos com esse seminário que se inicia a partir das 19h, no Oceania Park Hotel, no bairro dos Ingleses, na capital, é fazer um diálogo intersetorial, porque há necessidade de uma rede de suporte social de atenção à dependência química. Na verdade, o encontro que se inaugura nesta noite e prossegue amanhã no debate intersetorial, encerrando na próxima quinta-feira pela manhã, estabeleceu algumas metas, quais sejam:

- buscar um novo desenho de cooperação entre entidades e associações organizadas e o nosso governo;
- estabelecer uma arquitetura para uma agenda intersetorial com controle social e partilha de responsabilidades;
- buscar articular com as redes intersetoriais a temática das políticas públicas sobre drogas;
- motivar o desenvolvimento de metas e construção de parâmetros para as políticas públicas sobre drogas;
- elaborar uma metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação de possíveis parcerias; e
- ampliar a oferta de serviços ao cidadão dependente químico, seja na rede pública, em especial através dos Caps, dos Caps Ad e também das comunidades terapêuticas.

Na verdade, esperamos que esse encontro que inicia hoje na capital possa estabelecer um marco histórico no desenho de uma linha mestra para ações que sinalizem os caminhos para uma ação coordenada no combate e na prevenção às drogas, agora, sim, sob a ótica da responsabilidade compartilhada entre o governo do estado de Santa Catarina e a sociedade civil, em especial aquela representada por uma centena de comunidades terapêuticas que estão pulverizadas por todo o território catarinense.

Portanto, deixo aqui, na condição de presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, um convite aos deputados e às deputadas para que participem deste encontro, no Oceania Park Hotel, de hoje, terça-feira, às 19h30, até quinta-feira. Segundo as estimativas, teremos mais de 500 participantes vindos de todas as regiões do estado.

Era o que tinha a colocar e fica ratificado o convite para o 1º Encontro Catarinense de Políticas Públicas sobre Drogas, com o tema: O Desafio Intersetorial para Vencer as Drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada.

Quero dar as boas-vindas aos alunos das escolas catarinenses que participam do Parlamento Jovem, que estão nas galerias desta Casa!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero somar-me ao registro de v. exa. sobre a presença dos estudantes de diversas escolas de Santa Catarina. Se não estou enganado, em torno de oito municípios estão representados.

O Parlamento Jovem é um programa de formação de lideranças políticas. Na juventude temos sempre a expectativa de grandes mudanças para Santa Catarina e para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, pessoas que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, e jovens que estão aqui discutindo as virtudes da democracia representativa. Evidentemente que esse tema daria um bom debate, mas não é o nosso objetivo fazer esse debate neste momento.

Quero ainda, inicialmente, informar a respeito da eleição para diretoria executiva e para o conselho fiscal da Aprasc, Associação de Praças de Santa Catarina, que está acontecendo hoje e vai até a quinta-feira à noite. Centenas e centenas de companheiras e companheiros no estado inteiro estão organizando o processo, construindo as condições para que o máximo de praças vote e legitime esse processo.

Duas chapas estão inscritas; a primeira é a chapa que representa a continuidade das gestões que trouxeram a Aprasc até aqui, desde a sua fundação em 2001.

A Aprasc é a maior entidade representativa de policiais e bombeiros ou de servidores de segurança pública no estado de Santa Catarina. Ela representa os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e já está com quase 12 mil filiados, para uma categoria que na ativa tem menos de 14 mil integrantes. É proporcionalmente, portanto, a maior entidade nacional de praças. Se pegarmos a proporção de filiados, a Aprasc é a maior entidade nacional de praças.

O resultado da eleição será conhecido na noite de quinta-feira para sexta-feira.

Aos praças que estão-nos acompanhando, pedimos mais uma vez a participação no processo e, na medida do possível, que auxiliem aqueles companheiros que estão trabalhando para realizar a eleição, para que tudo corra da melhor maneira possível, da forma mais legítima e com a maior lisura possível também e maior responsabilidade.

Temos várias dezenas de urnas espalhadas em todo o estado catarinense, desde Dionísio Cerqueira no este, até Passo de Torres no sul até Itapoá, no extremo norte. Em todas as regiões e em todas as cidades teremos essa votação nesses três dias. Temos urnas fixas e também urnas itinerantes.

Sr. presidente, quero abordar ainda o assunto da vez, a greve de mais de 30 dias na Saúde, que prejudica a população. É uma greve

que precisa de uma solução. É um assunto que não pode deixar de ser abordado nesta Casa um dia sequer. É um assunto sobre o qual me espanta o silêncio das principais lideranças e dos principais dirigentes do estado.

Seria duro demais imaginar que a indiferença é também porque quem necessita dos serviços públicos de saúde são aqueles 70% da população que não faz parte dos chamados formadores de opinião, ou seja, a maioria da população que não tem veículo de comunicação, que não tem um microfone para falar, que é pulverizada e desorganizada, que não tem plano de saúde e que, portanto, pode ficar 30 dias em greve ou mais de trinta dias, já se passaram 30 dias, estamos entrando no segundo mês da greve sem uma solução.

Então está bem claro, o governo criou a greve com a intenção de continuar massacrando os servidores. O governo fortaleceu a greve quando fez uma proposta pior do que a realidade existente hoje. A proposta de solução de governo é pior. Para mim é incompreensível que o governador do estado não se proponha a receber ninguém, nem a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, nem o sindicato, nem as centrais sindicais, ninguém, para falar desse assunto.

Talvez para o governador entender o que está acontecendo, se é que ele não sabe e imagino que muita coisa ele não saiba, hoje ficou claro - e o deputado Volnei Morastoni e a deputada Ana Paula Lima falaram da situação grave da saúde pública do estado de Santa Catarina, que se arrasta por muito tempo - que a greve assume um caráter de denúncia necessária a serviço da população, quando se torna evidente que o descaso com a saúde pública no estado de Santa Catarina é imenso. Na verdade, o que há no fundo disso é que querem fazer do serviço público de saúde um serviço em extinção, uma modalidade de serviço em extinção. Querem transferi-lo para a iniciativa privada, às chamadas organizações sociais, que na verdade são grupos privados, e não querem que chamemos isso de privatização. Por isso o caos.

A aparente falta de planejamento, na minha avaliação não o é, mas um planejamento feito justamente para dar errado ou para acontecer isto: sucatear para justificar a privatização. Investimentos de milhões de reais que acabam, inclusive, sendo jogados fora por esse planejamento torto de sucessivos governos, mesmo que não sejam governos de continuidade.

Evidentemente que a carga é jogada nas costas dos servidores, que quando não aguentam mais vão para a greve. Essa é a triste realidade. Dá para resolver o problema da greve se houver boa vontade do governo, até porque o sindicato nunca disse que queria gratificação agora. Aceita negociar para a metade do ano que vem. O que não admite é retirada de direito. O que não admite é transferir a responsabilidade dos péssimos serviços públicos que o estado oferece para as costas dos servidores, que já estão massacrados, cansados, oprimidos, judiados, trabalhando doentes em muitos casos, porque 75% do salário vêm da hora/plantão, que o governo transformou em salário há mais de duas décadas.

Tem solução para essa greve se houver boa vontade do governador Raimundo Colombo e é preciso ser dito dessa forma. Que ele não transfira para terceiros, para ilustres desconhecidos, a obrigação de supostamente negociar sem, na verdade, negociar absolutamente nada.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Sargento Amauri Soares, já fiz dois pronunciamentos hoje sobre esse assunto, mas é justamente porque queria deixar bem claro uma manifestação que fiz da tribuna.

O secretário de estado da Saúde, sr. Dalmo Claro de Oliveira, tem responsabilidade? É lógico que tem. Mas não é o principal responsável por essa intransigência de não dialogar com os servidores e de não resolver essa situação que penaliza o povo catarinense. O principal responsável é o governador, que tem a caneta na mão. O secretário deve acompanhar os servidores e deve informar ao seu governador a situação, por isso é que ele é secretário. Mas nós sabemos que o secretário pouco manda. Essa situação é da responsabilidade do sr. governador Raimundo Colombo, que não está priorizando a saúde como compromisso que assumiu com o povo catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu comungo desta mesma ideia, a responsabilidade maior é do governador, porque se a saúde era prioridade número um, dois e três, é inadmissível que passe um mês de greve e o governador em pessoa não saia de onde quer que esteja para vir resolver, para vir discutir, para tentar achar uma solução. Sem falar, deputado Volnei Morastoni, que parece mesmo, pela composição ampla do governo, existirem interesses internos na fritura de determinados setores, de fritar em banha quente alguns dirigentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito eleito de Iraceminha, Bruno Roberto Pan, que está acompanhado do presidente do

PSDB, Carlinho Lorenzini, do vereador Evandro Cesar Rozanski e do vice-prefeito Jeri Luiz Tumelero.

É muito bom ver a motivação desses novos administradores públicos, que estão querendo informar-se, fazer projetos, ver o que é possível desenvolver. Eu sei que a União dos Vereadores de Santa Catarina, a Uvesc, vai fazer um seminário estadual para orientar os novos vereadores na forma de trabalho e encaminhamento. E nós ficamos felizes ao ver que a eleição trouxe novas lideranças ao cenário político de Santa Catarina, que estão preocupadas em efetivamente prestar serviços à comunidade.

Srs. deputados, no município de Chapecó, hoje, a Polícia Civil e a secretaria de Segurança Pública, em conjunto com a administração municipal, implantaram duas novas delegacias de polícia. A primeira delas é a delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Idoso, criada em 2007, no período em que éramos delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina. Agora está instalada num novo imóvel, com mais condições, cuja construção contou com a participação da prefeitura municipal, através do prefeito José Cláudio Caramori, que muito tem investido em segurança pública, através da Guarda Municipal, através do programa Segurança Máxima, sempre apoiando as ações do estado.

A nova delegacia conta também com psicólogos, com assistentes sociais, porque, como sempre digo, os danos que a agressão contra a mulher, contra a família causa são muito mais fortes do que a lesão aparente, porque muitas crianças crescem com problemas em virtude de tudo que presenciaram em casa, chegando, inclusive, a ter problemas de personalidade.

Também foi inaugurada a 2ª Delegacia de Polícia, abrigada em modernas e amplas instalações. E quando dizemos que está sendo instalada uma nova delegacia, trata-se de um benefício para o cidadão, porque quando ele procura um órgão de segurança pública está fragilizado, já que geralmente foi vítima de um furto, de um roubo, de uma agressão e precisa receber um bom atendimento.

Sr. presidente, gostaria de parabenizar o delegado-geral de Polícia, Aldo Pinheiro D'Ávila, os diretores, os representantes da prefeitura municipal, a primeira-dama, o

vereador Américo Nascimento, presidente da Câmara Municipal, o Sinpol de Chapecó, e o coronel Sérgio Walner.

Então, estamos muito felizes e acompanhamos tudo juntamente com o delegado Bücheler, de Concórdia, com o delegado Alex Passos, enfim, com todos os nossos colegas. Queremos parabenizá-los e dizer que vemos a motivação é grande, que se trata de uma equipe competente.

Então, o nosso reconhecimento à delegada regional, Tatiana Klein Samuel, ao prefeito municipal, ao presidente da Câmara de Vereadores, ao secretário da Segurança, ao delegado-geral, enfim, a todos que estão preocupados com a segurança da nossa população. Ganha a população, ganha o município de Chapecó e ganha o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. DEPUTADA (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sra. presidente, quero apenas registrar a presença dos representantes do Colégio Estadual Deputado Nilton Kucker, do município de Itajaí, que estão representando a região do vale do Itajaí no Parlamento Jovem.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Volnei Morastoni.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina pela passagem dos seus 86 anos de serviços prestados à comunidade catarinense.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 032ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA PELA PASSAGEM DOS SEUS 68 ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE CATARINENSE

SUMÁRIO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra a luta de muitos deputados pelas causas dos bombeiros.

MILTON ANTÔNIO LAZZARIS - Ressalta as conquistas dos bombeiros através da Assembleia Legislativa.

MARCOS DE OLIVEIRA - Discorre sobre a história do Corpo de Bombeiros em Santa Catarina.

SECRETÁRIO CÉSAR GRUBBA - Ressalta a importância dos bombeiros para a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor César Augusto Grubba, secretário de estado da Segurança Pública, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor coronel Marcos de Oliveira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor comandante Cláudio da Costa Lisboa, capitão dos Portos de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor coronel Valter Cimolin, chefe de estado-maior da Polícia Militar de Santa Catarina, neste ato representando o comandante-geral, coronel Nazareno Marcineiro;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Elizeu Mattos, neste ato representando o sr. senador da República, Luiz Henrique da Silveira;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Romildo Titon, que tem sido o deputado-padrinho do Corpo de Bombeiros Militar no Parlamento Catarinense;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Gilmar Knaesel;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Manoel Mota.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, na passagem dos seus 86 anos de serviços prestados ao estado.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela banda do 63º Batalhão de Infantaria, sob a regência do segundo-tenente Elói Reginaldo Gralik.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos, com satisfação, as seguintes presenças:

Diretor-geral do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, Rodrigo Tasso;

Diretor de Resposta aos Desastres, Aldo Baptista Neto, neste ato representando o sr. secretário de estado da Defesa Civil, dr. Geraldo Althoff;

Subcomandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, coronel Gladimir Murer;

Padre capelão Leandro Pereira da Silva, neste ato representando o comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada - Exército Brasileiro, general Décio dos Santos Brasil;

Coronel Inácio Tarcísio, diretor de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

Tenente médico Odair Bervig Junior, neste ato representando o comandante da Base Aérea de Florianópolis, coronel e aviador Claus Kilian Hardt.

Queremos, em nome da Presidência e da Mesa Diretora, justificar a proposição da realização da presente sessão em homenagem aos 86 anos de fundação e de serviços prestados do Corpo de Bombeiro Militar ao estado de Santa Catarina.

Portanto, a proposição foi aprovada por unanimidade pelo fato de que os bombeiros colocam suas vidas, muitas vezes, em risco para salvar vidas da população catarinense.

Sendo assim, entendemos que esta sessão é pertinente e se traduz numa singela homenagem do Parlamento catarinense aos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar a todas as famílias e ao povo catarinense.

Neste momento, deixo livre a palavra aos srs. deputados que desejarem se manifestar.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero saudar o sr. presidente que preside esta sessão, deputado Darci de Matos; os srs. deputados Gilmar Knaesel e deputado Manoel Mota; o deputado homenageado Romildo Titon; o comandante do nosso bombeiro e o secretário de Segurança Pública; os comandantes que representam o comando da nossa Polícia, todos os homenageados, os nossos bombeiros.

Concedi uma entrevista há pouco, quando dizia que aprendi a gostar dos bombeiros desde pequeno. Perguntaram-me se, quando pequeno, possuía um carrinho ou alguma coisa de bombeiro. No passado ganhávamos um presente no Natal, no máximo dois. Não é como hoje, era um presente por ano que se ganhava lá no interior. E um dos meus primeiros brinquedos foi um carrinho de bombeiro. Quando pequeno eu pensava ser bombeiro.

Portanto, esta é uma justa homenagem que esta Casa, este Parlamento faz nesta sessão especial a esta instituição que é muito querida não somente no território catarinense, mas em todo território brasileiro. Desde criança as pessoas têm o maior respeito pelos bombeiros.

Fiz questão de estar aqui hoje porque trabalhamos muito pelas causas dos bombeiros, muitos nos conhecem de reuniões realizadas para discussão acerca dos projetos dos Bombeiros. O plano de carreira, por exemplo, aconteceu dentro daquilo que foi conversado e dos acertos que fizemos.

Quero cumprimentar todos os homenageados. Tenho certeza de que foram escolhidos a dedo pela corporação, e cumprimentar todos os nossos bombeiros militares de Santa Catarina pelos serviços prestados a nossa população.

Também saudar o nosso desembargador João Henrique Blasi, que foi deputado e muito contribuiu com os projetos relacionados aos bombeiros.

Um abraço a todos e parabéns!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Registro, com satisfação, a presença do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, dr. João Henrique Blasi.

Também registramos com satisfação a presença do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, dr. César de Abreu.

Neste momento, convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Quero aproveitar a ocasião que se nos apresenta para lhes informar que esta sessão está sendo transmitida ao vivo para todo o estado de Santa Catarina pela TVAL e pela Rádio AleSC on-line.

Neste momento o Poder Legislativo Catarinense presta homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, pelos 86 anos de dedicação e trabalho em desastres naturais extremos, através do emprego de forças-tarefa especializadas em incêndio florestal, inundações e deslizamentos, na defesa da vida e da segurança dos catarinenses.

Convido o sr. deputado Darci de Matos para fazer a entrega da homenagem ao coronel Bombeiro Militar Marcos de Oliveira, neste ato representando o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na sequência, o Poder Legislativo presta homenagem a personalidades que contribuíram para fortalecimento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem o senhor César Augusto Grubba, neste ato representando o senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo.

O deputado Darci de Matos procederá à entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Elizeu de Mattos, neste ato representando o senhor senador da República, Luiz Henrique da Silveira.

Fará a entrega da homenagem o sr. deputado Manoel Mota.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor secretário de estado da Segurança Pública, César Augusto Grubba.

Fará a entrega da homenagem o sr. deputado Manoel Mota.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor deputado estadual Romildo Luiz Titon.

Procederá à entrega da homenagem o sr. deputado Manoel Mota.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dr. João Henrique Blasi.

Fará a entrega da homenagem o sr. deputado Manoel Mota.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Manoel Mota e chamo à frente o deputado Gilmar Knaesel para darmos sequência às homenagens.

Convido para receber a homenagem o senhor coronel da Polícia Militar de Santa Catarina, Paulo Conceição Caminha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento recebe a homenagem o coronel da Polícia Militar de Santa Catarina, sr. Milton Antônio Lazzaris.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem das mãos do deputado Gilmar Knaesel o subtenente do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sr. Albertino Mafra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Gilmar Knaesel.

Neste momento teremos a apresentação do vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Ouviremos agora a interpretação do hino do Corpo de Bombeiros Comunitários pelo major BM Luiz Carlos.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Registro, com satisfação, a presença do segundo-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Reno Caramori.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o coronel Milton Antônio Lazzaris.

O SR. MILTON ANTÔNIO LAZZARIS - (Passa a ler.)

"Esta Casa do Povo traz para todos os bombeiros gratas recordações.

Aqui os bombeiros catarinenses já lotaram este plenário por ocasião das votações da Emenda Constitucional n. 033/2003, que deu ao Corpo de Bombeiros o caráter de corporação autônoma.

Aqui o povo catarinense, através de seus representantes legislativos, prestou sua homenagem aos seus bombeiros por ocasião dos 75 anos de criação.

E aqui também os bombeiros catarinenses se reuniram, naquela mesma oportunidade, para reverenciar os bombeiros mortos nos atentados terroristas às torres gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001. Certamente também em outras datas que no momento não recordamos, nossa corporação recebeu aqui o carinho de seu povo.

É este lugar, portanto, um lugar especial para nós.

Excelentíssimo senhor César Augusto Grubba, digníssimo secretário de estado da Segurança Pública, neste ato representando o senhor governador João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor Marcos Oliveira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Cláudio da Costa Lisboa, capitão dos Portos de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Valter Cimolin, chefe do estado-maior-geral da Polícia Militar, neste ato representando o sr. comandante-geral;

Excelentíssimo senhor Elizeu Mattos, deputado estadual, neste ato representando o governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor Romildo Titon, deputado estadual, grande apoiador da causa do Corpo de Bombeiros e também um dos homenageados nesta noite;

Excelentíssimo senhor desembargador João Henrique Blasi;

Demais autoridades que não nomeiei, senhoras e senhores.

Quando de uma solenidade de formatura de socorristas há alguns anos,

acontecida em frente à catedral de Lages, ouvi de uma senhora o relato de um atendimento prestado pelos bombeiros ali perto, no centro da cidade, e por ela presenciado. Tratava-se de um menino que tinha caído de sua bicicleta e batido com a cabeça no meio-fio da calçada. Populares acionaram os bombeiros que para lá se dirigiram para socorrer o menino. Na cena do ocorrido muitas pessoas, algumas curiosas, outras ansiosas, poucas observadoras. Esta senhora era uma dessas poucas. Disse-me ter acompanhado os bombeiros deste o primeiro instante de sua chegada ao local. Observou e admirou a técnica de abordagem da vítima, percebeu a calma e o preparo psicológico dos socorristas, todo o aparato dos equipamentos, tudo muito bonito e bem feito. Porém, dizia-me ela: 'O que mesmo me chamou a atenção foi a atitude humanitária dos bombeiros. Foi emocionante notar o carinho, o cuidado quase maternal com que aqueles profissionais tratavam aquele menino que eles mal sabiam o nome. Parecia ser filho de um daqueles bombeiros. Parabéns, comandante, pela forma como os bombeiros atendem as pessoas'.

Que comandante não gostaria de ser abordado com notícias assim? A emoção aflora e apenas nos resta agradecer e destinar estes elogios a quem de direito.

Felizmente, nossa corporação, que está a celebrar seus 86 anos de existência, tem ao longo de sua história muitos e muitos relatos semelhantes a este. Em todas as cidades onde atuam a mais ou menos tempo, fatos assim são bastante comuns.

A história do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina é uma história de fatos e ações em favor da população. Nossa corporação nasceu para proteger, para socorrer as pessoas nos momentos mais angustiantes e críticos de suas histórias pessoais. Nasceu para, em primeiro lugar, cuidar da vida e, se preciso for, salvá-la a qualquer custo, depois os bens materiais. Nasceu para atender o cidadão sem inquirir-lhe quem é, basta que precise do nosso socorro.

Quem é bombeiro é um privilegiado. Servir nessa corporação é antes de tudo uma honra. Estar diuturnamente entre pessoas que alimentam o ideal de servir a seu semelhante é uma graça.

Ser bombeiro é ter uma oportunidade ímpar de crescimento como ser humano de desenvolvimento, de sentimentos e de valores como a solidariedade, a fraternidade, a igualdade, a interdependência, o respeito e a consideração pelo outro, qualidades tão esquecidas em nosso meio nos dias atuais.

Não existe um só bombeiro que não seja um apaixonado pelo seu ofício. Neste detalhe está o sentido daquela velha, mas verdadeira frase: 'não somos melhores, somos apenas diferentes'. A vida, sob todas as formas, tem para os bombeiros o valor que Deus lhe dá e, por isso, necessita ser cuidada com amor. Este sentimento que se confunde com vocação, com felicidade e com a realização, é o diferencial de nossa corporação. Foi o que despertou a atenção daquela senhora que ficou encantada com o jeito diferenciado de executar uma missão.

A Corporação, o Corpo de Bombeiros não são evidentemente, as viaturas vermelhas-rubi que tanto fazem brilhar os olhos das crianças. Muito menos os quartéis, que são para os bombeiros sua segunda casa, pois lá passam um terço da melhor fase de suas vidas. Não são os equipamentos que fazem aumentar nossa força, nosso braço se alongar, ou protegem nosso físico. O Corpo de Bombeiros somos nós, homens e mulheres, de ontem e de

hoje, que com muito orgulho vestimos nosso corpo com esta farda, nossa segunda pele.

A história do Corpo de Bombeiros é um pouco a história de cada um nós, de cada um dos bombeiros que serviram em suas fileiras nestes 86 anos de sua gloriosa existência.

É a história daqueles que tombaram no cumprimento do dever, sacrificando suas vidas para que outros pudessem viver. É a história de quem está na atividade ou na inatividade de quem nós e tantos outros. É a história de quem faz o Corpo de Bombeiros pulsar, vibrar, de acordo com as expectativas de sua população. É a vossa história nobre comandante, é a história desta plêiade de vossos comandados e é, permitam-se senhoras e senhores, a minha história também.

É admirável a transformação de nossa corporação nestes últimos 10 anos. Tenho por vezes a impressão de que este Corpo de Bombeiros não é aquele que deixamos há nove anos e meio, quando fomos para a reserva. Tamanho foi o crescimento em todos os campos. Apesar das dificuldades, sempre presentes em nossa história desde o dia 26 de setembro de 1926 até nossos dias, a corporação tem-se destacado pela dedicação à causa do povo catarinense.

Por coincidência, esta explosão se deu com a autonomia administrativa e financeira conseguida em 13 de julho de 2003. Foi uma conquista da população, foi uma luta de muitos bombeiros que foi reconhecida por esta Casa Legislativa. Sem vencidos, nem vencedores. Todos ganharam. A população foi a grande beneficiada. Este era o objetivo, o imperativo técnico que se fazia necessário. Esta era a resposta que queríamos dar aos que entendiam não ser aquela a melhor solução.

Agradecemos àqueles que conosco sonharam este sonho, acreditaram na sua realização e conosco se dedicaram à sua conquista.

Ao tempo que agradeço esta oportunidade que me foi gentilmente concedida de usar esta tribuna para representar o sentimento dos homenageados, quero aproveitá-la para reiterar aos bombeiros catarinenses e a todos os que nos ouvem que foi para mim uma honra e um privilégio servir ao Corpo de Bombeiros e lá ter trabalhado com pessoas generosas e comprometidas com os valores corporativos e humanitários.

(Palmas)

É para mim uma alegria ver o Corpo de Bombeiros em franca evolução, sem perder o foco nos objetivos, preservando as tradições e os valores éticos, elevando cada vez mais alto a bandeira com o nosso lema: 'vida alheia e riquezas salvar'.

Permitam-me, senhores, gosto demais daquela figura bíblica do sementeiro e nesta altura da vida é assim que me sinto. Minha sensação é de que a semente era boa e que caiu em terra fértil.

Minha prece de gratidão ao Senhor dos Mundos, pela vida maravilhosa. Meu agradecimento pela homenagem que divido com todos estes guerreiros do bem, espalhados pelo nosso estado Barriga-Verde. Muito obrigado por terem me indicado para dirigir-lhes algumas singelas palavras e representá-los nesta ocasião e espero não tê-los decepcionados.

Por fim, rogo a Deus que abençoe e proteja os bombeiros de todos os perigos, para que ao voltarem do cumprimento de suas missões possam se reencontrar com seus familiares em paz e em segurança."

Parabéns ao Corpo de Bombeiros de Santa Catarina pelo transcurso de seus 86 anos de serviços prestados à população catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Convido para fazer uso da palavra o coronel bombeiro militar, Marcos de Oliveira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA - Quero inicialmente cumprimentar o excelentíssimo secretário de estado da Segurança Pública, dr. César Augusto Grubba, neste ato representando o governador de estado, sr. João Raimundo Colombo e, igualmente, cumprimentar o deputado estadual, Darci de Matos, que preside esta sessão especial e em seu nome estender os cumprimentos a todos os demais deputados desta Casa Legislativa, estender os cumprimentos também a todas as autoridades já anteriormente nominadas. Prezados bombeiros militares da ativa e da reserva remunerada, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Na visão do mais importante educador brasileiro, Paulo Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquela. Ou seja, quem não aprende a interpretar o que o mundo ao seu redor tem a dizer, terá muita dificuldade em compreender o que as palavras impressas em um texto querem transmitir.

Neste ano completamos 86 anos de existência. Esta sessão solene saúda e reverencia essa história construída no texto e na vida. História de luta e desafios diários, construídos a partir do trabalho de muitos, a quem hoje prestamos a justa homenagem. Desde o seu início, muita coisa mudou. Iniciamos nossas atividades na capital do estado em 26 de setembro de 1926, à época com apenas 27 integrantes da então Força Pública, sob o comando do tenente Waldomiro Ferraz de Jesus.

No início atuávamos apenas em Florianópolis e existíamos tão somente para extinguir os incêndios. Hoje estamos presentes em 107 municípios do estado e nossos serviços incluem um trabalho preventivo através da análise de projetos e vistorias, a educação pública, a extinção de incêndios, o resgate veicular, o socorro pré-hospitalar, o atendimento de emergências com produtos perigosos, a busca terrestre, o salvamento em altura, o serviço de salvamento aquático e de mergulho e, mais recentemente, uma série de novas especialidades para enfrentarmos e dar resposta efetiva aos desastres naturais extremos, através do emprego de forças-tarefa especializadas nas áreas de incêndio florestal, inundações, deslizamentos e especialmente em ajuda humanitária.

Assim nos preparamos para o futuro, assumindo a postura de uma organização pública credora de alto prestígio e responsável pela gestão de riscos e de desastres, que atua pautada em suas tradições militares, mas também focada numa ação inovadora, proativa e tecnologicamente preparada.

Quero ainda registrar meus cumprimentos a todos os homenageados. Ao governador Raimundo Colombo, ao senador Luiz Henrique da Silveira, hoje representado pelo deputado estadual Elizeu Mattos, ao desembargador João Henrique Blasi, ao deputado estadual Romildo Titon, ao secretário

de estado César Grubba, ao coronel da Polícia Militar da Reserva Remunerada Paulo Conceição Caminha, ao coronel Milton Antônio Lazzaris e ao subtenente Albertino Mafra. Tenham a mais absoluta certeza de que todos os senhores fazem parte da história dessa bela corporação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, e cada um, ao seu tempo, foi decisivo para que pudéssemos hoje chegar a esse importante momento.

Finalmente, agradeço ao deputado estadual Gelson Luiz Merisio, presidente desta Casa Legislativa, e a todos os demais deputados presentes, pelo apoio incondicional dedicado a nossa Corporação Militar. De uma forma especial pela recente aprovação da Lei de Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, que será sancionada na próxima sexta-feira. Temos consciência de um futuro desafiador, mas os desafios já fazem parte de nossa rotina diária e somente nos estimulam a trabalhar ainda mais e melhor pelo povo catarinense.

Parabéns a todos aqueles que compõem esta nobre e digna Corporação Militar. Salve o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - 86 anos salvando vidas e construindo comunidades mais seguras!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Convido para fazer uso da palavra, representando o governador do estado João Raimundo Colombo, o secretário de Segurança Pública, César Grubba.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR GRUBBA - Cumprimento o deputado Darci de Matos, que preside esta sessão solene da Assembleia Legislativa em homenagem aos 86 anos do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina.

Cumprimento o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Marcos de Oliveira, o comandante Cláudio da Costa Lisboa, capitão dos portos de Santa Catarina, o chefe do estado maior da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, coronel da Polícia Militar, Walter Semolin, os deputados estaduais Romildo Titon, Darci de Matos, Manoel Mota, Reno Caramori e Gilmar Knaesel, presentes nesta sessão.

Cumprimento também os desembargadores João Henrique Blasi, ex-secretário de estado da Segurança Pública e ex-deputado estadual; o desembargador César Mimoso Abreu; o major Neto, do Corpo de Bombeiros Militar, que neste ato representa o secretário de estado da Defesa Civil, Geraldo Althoff; o diretor-geral do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, o perito Rodrigo Tasso, e as demais autoridades aqui presentes, em especial a todos os bombeiros militares da ativa e da reserva remunerada.

(Passa a ler.)

"No imaginário social tem-se sempre em alto conceito a missão do Corpo de Bombeiros e por isso mesmo suas corporações seguem ano após ano na liderança da lista dentre as instituições da maior credibilidade, confiança e valorização popular.

Sabemos todos que a natureza da missão de um bombeiro, por si só de elevada carga de solidariedade e humanidade, já nos dá a medida exata da razão de tão forte apelo popular. Porém, não é justo que entreguemos à conta puramente do coração um resultado que na verdade vem sendo alcançado por méritos de visão e estratégia muito bem delineados, fruto de competente direção à frente das organizações.

O Corpo de Bombeiros Militar, por seus comandantes oficiais, assim como por seus valerosos praças e também por seus colaboradores bombeiros comunitários, tem lutado por um sonho e um ideal e hoje, merecidamente, vê conferida à sua corporação uma pujante identidade institucional.

É de lembrarmos, neste dia, que em certo momento da história movimentos reivindicatórios de independência e autonomia buscaram a criação das corporações próprias de bombeiros militares nos estados, separando-as de suas origens nas Polícias Militares, o que de fato ocorreu, inclusive aqui mesmo em Santa Catarina".

Como disse o coronel da reserva remunerada, o comandante Lazzaris, em Santa Catarina não houve nem ganhadores nem perdedores. Muito pelo contrário, ganhou a sociedade catarinense.

(Continua lendo.)

"Adiante, neste processo, logo se verificou que pela via do aprimoramento técnico-profissional e pela modernização tecnológica e estrutural, as corporações de bombeiros militares certamente haveriam de virar a página de suas histórias.

Percebe-se hoje claramente o quanto cresceram aquelas corporações, posto que com o estabelecimento de um largo espectro de atribuições e competências puseram-se a transcender da natural missão do combate ao incêndio, à execução de atividades complexas e integradas com a Segurança Pública e com a Defesa Civil.

Como órgão permanente, consolidado, ativo e atuante em sinergia com todo o sistema de defesa social, em poucos anos já se projetava o bombeiro militar como força pública especializada e melhor articulada para ações de segurança pública nos campos de prevenção, salvamento e resgate, na proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente.

Em Santa Catarina, a população reconhece e enaltece o seu Corpo de Bombeiros Militar, também porque naqueles momentos mais difíceis de sua história recente, ante as tragédias das adversidades climáticas, foi nos bombeiros militares que encontrou a primeira resposta de socorro e auxílio, o primeiro acolhimento, a primeira orientação, identificando esta corporação como salvaguarda de vidas e patrimônio e a expressão mais visível da mão segura e protetora do estado presente.

Nos 86 anos de sua existência, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina deu provas por muitas e muitas vezes de seu preparo e inestimável doação à causa do 'servir e proteger' a sociedade, do que se conclui que não são apenas expressões teóricas de valores e tradições, mas princípios regentes que se firmam todos os dias como prática corrente em todos os quartéis e guarnições.

Sinto-me especialmente honrado e agradecido pela deferência da homenagem que me foi prestada nesta noite, com a convicção que intenta também alcançar aos demais servidores da pasta, abnegados e dedicados profissionais da Segurança Pública de Santa Catarina.

Por fim, quero cumprimentar o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Marcos de Oliveira, pelas gestões inovadoras que já se vê iniciadas na administração da corporação, convergentes e alinhadas com as diretrizes e as políticas desta secretaria, fruto também da implementação de um planejamento estratégico focado e bem conduzido.

Quero dizer a todos que estamos trabalhando na segurança pública para gerar ações e resultados na recomposição de efetivos, na absorção de novas tecnologias, reestruturação e reequipamento das organizações, valorização de pessoal, racionalização de processos produtivos, aperfeiçoamento do gerenciamento financeiro e administrativo e, principalmente, transparência, boa governança e ênfase cada vez maior ao viés técnico nas decisões.

Parabéns ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, extensivamente a todos os seus integrantes e à família do bombeiro catarinense, pela passagem desta data tão significativa.

Os 86 anos que ora comemoramos são o legado que auferimos do espírito servidor de pioneiras gerações, que quando por aqui

passaram, em tempos idos e muito mais difíceis, trataram de bem firmar as bases em que hoje se assenta a fortaleza dessa instituição.

A memória dessa gente deve nos inspirar, ao tempo em que também nos motiva os sentimentos nobres de honra, gratidão e respeito.

Parabéns a todos!

Muito Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - A pedido do deputado Elizeu Mattos, justificamos a ausência do senador Luiz Henrique da Silveira que está presente numa sessão em Brasília.

Antes de encerrar a presente sessão, teremos a apresentação do Hino de Santa Catarina pela Banda do 63º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar.

(Procede-se à apresentação do hino.)

Esta Presidência agradece a presença de todas as autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando todos para um coquetel no *hall* deste Poder e convocando outra sessão ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos, do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os Deputados: José Milton Scheffer, Vice-Presidente da Comissão, Carlos Chiodini, Dóia Guglielmi, representando o Deputado Dado Cherem, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti. O Presidente registrou a ausência justificada da Deputada Angela Albino. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação a ata da reunião de dez de outubro de dois mil e doze e, não havendo manifestação contrária dos deputados presentes, declarou-a aprovada por unanimidade. Na sequência, foram submetidos à votação os pareceres de aprovação dados aos ofícios de prestação de contas do exercício de dois mil e onze, para manutenção do título de utilidade pública das seguintes instituições: Of.0068.6/2012 da APAE de Rodeio; Of.0073.3/2012 da APAE de Armazém; Of.0110.2/2012 da APAE de Orleans; Of.0194.0/2012 da APAE de Campo Belo do Sul; Of.219.3/2012 da APAE de Tijucas; Of.0220.7/2012 da APAE de Videira; Of.0305.0/2012 da APAE de Balneário Camboriú; Of.0383.3/2012 da APAE de Alfredo Wagner; Of.0390.2/2012 da APAE de Maravilha; Of.0440.6/2012 da APAE de Itapoá; Of.0487.0/2012 da APAE de Faxinal dos Guedes; Of.0490.5/2012 da APAE de Iporã do Oeste; Of.0501.2/2012 da APAE de Apiúna; Of.0535.1/2012 da APAE de Barra Velha; Of.0620.8/2012 da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos de Blumenau; Of.0621.9/2012 da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos de Blumenau; Of.0638.7/2012 da APAE de Massaranduba. Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Da mesma forma, foram aprovados por unanimidade os pareceres que requereram diligência aos ofícios das seguintes instituições: Of.0126.0/2012 da APAE de Navegantes; Of.0169.0/2012 da Associação de Amigos do Autista de Joinville; Of.0289.6/2012 da APAE de Florianópolis; Of.0299.8/2012 da Federação Estadual das APAES de Santa Catarina, de Florianópolis; Of.0352.7/2012 da APAE de Pinhalzinho; Of.0583.9/2012 da Associação de Pais e Amigos dos Autistas, de Lages; Of.0607.0/2012 da APAE de Itá. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Larissa Garcia Martins, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões em trinta e um de outubro de dois mil e doze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE UNIDADE MÓVEL EXTERNA (UPLINK E DOWNLINK), CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO NECESSÁRIOS PARA TRANSMISSÕES E GRAVAÇÕES DE PROGRAMAÇÃO DA TVAL

DATA: 13/12/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de dezembro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 03 de dezembro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenadora de Licitações
*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 587/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 015/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) POLTRONAS GIRATÓRIAS DE ESPALDAR MÉDIO.

Item Único -

Vencedora: TECNOFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MOBILIÁRIO LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 136.500,00

Florianópolis, 03 de dezembro de 2012

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 2604/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 032/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO - FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA (AÇÚCAR, LEITE, CAFÉ E ÁGUA MINERAL).

Item 01 -Fornecimento estimado de até 2.400 kg (dois mil e quatrocentos quilos) de açúcar refinado/ano

Vencedora: LICITAL COMERCIAL LTDA EPP

Valor do Último Lance: R\$ 4.430,00

Item 02 -Fornecimento estimado de até 18.000 (dezoito mil) litros/ano de leite

Vencedora: COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE

Valor do Último Lance: R\$ 32.220,00

Item 03 -Fornecimento estimado de até 2.400 (dois mil e quatrocentos) quilos de café/ano

Vencedora: HIPER CESTAS ATACADO DE ALIMENTOS LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 37.128,00

Item 04 -Fornecimento estimado de até 6.500 (seis mil e quinhentos) garrafas/ bambonas de 20 (vinte litros) de água mineral sem gás/ano

Vencedora: GEÓRGEA FILETI STEDILE ME

Valor do Último Lance: R\$ 27.365,00

Florianópolis, 03 de dezembro de 2012.

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 168/2012

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2012 (PREGÃO PRESENCIAL 009/2012)

O Coordenador de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica aos interessados que com fulcro no art. 49 da Lei nº. 8.666/93, art. 19, anexo I, da Resolução 967/02 deste Poder e, acolhendo as razões apresentadas pela própria Coordenadoria de Licitações, que alega a perda do objeto em face do espaço temporal entre o certame licitatório e a aquisição do equipamento licitado, aliado ao fato dos demais itens necessários à implementação do Programa de Segurança Pública em torno da ALESC terem restados desertos em três diferentes oportunidades em que foram licitados (07/12/2011, 29/02/2012 e 14/03/2012), o senhor Presidente revogou o Pregão 009/2012 por se tornar inoportuno e inconveniente ao interesse público.

Florianópolis SC., 04 de dezembro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações e de Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 169/2012

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 29/11/2012, referente ao Contrato CL nº 060/2010, celebrado em 29/11/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

OBJETO: Estender o prazo de entrega final dos trabalhos por mais 09 (nove) meses, cuja prorrogação tem início em 1/12/2012 e o término final marcado para 31/08/2013.

Em decorrência de tal prorrogação ficam alteradas também as condições de pagamento (item 7.1 do contrato original), onde o valor restante a pagar R\$ 730.100,00, será efetuado em 08 (oito) parcelas fixas e sucessivas de R\$ 81.122,22 e 01 (uma) parcela de R\$ 81.122,24.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, II, da Lei nº 8.666/93; Item 7.1, da Cláusula Sétima e item 8.1 da Cláusula Oitava do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

João Batista Furtuoso- Pró-Reitor de Infraestrutura Bel.

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 653/12

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/GAP/Nº 22569/2012

Florianópolis, 28 de novembro de 2012

Ref.: Relatório de Atividades do Tribunal de Contas de Santa Catarina - 3º Trimestre

Exmo. Sr. **Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis-SC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o disposto o artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução Nº TC 06/2001, **Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do terceiro trimestre de 2012**, compreendendo uma resenha do papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo balancetes e empenhos, relatório da auditoria interna, relatório das diárias e cópia dos processos licitatórios referentes ao período de abrangência.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com

transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Por fim, registro que este Tribunal de Contas coloca-se à disposição de Vossa Excelência e das Comissões que compõem essa Casa Legislativa para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração

Conselheiro **Cesar Filomeno Fontes**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 654/12

Of. 117/OCA/12/SIL.

São José, 05 de Novembro de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Oriónópolis Catarinense**, de São José, referente ao exercício de 2011.

Pe. Manuel dos Santos

Diretor Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2654, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO CARLOS MACHADO JUNIOR**, matrícula nº 7136, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2655, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANTONIO CARLOS MACHADO JUNIOR, matrícula nº 7136, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon - Canelinha).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2656, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KARINE MARCELINO MACHADO**, matrícula nº 7018, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2657, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KARINE MARCELINO MACHADO, matrícula nº 7018, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2658, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **BONINA BARBOSA**, matrícula nº 7065, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Mauro de Nadal).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2659, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA APARECIDA MARTINS SITIONIO**, matrícula nº 3971, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Mauro de Nadal).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2660, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA APARECIDA MARTINS SITIONIO, matrícula nº 3971, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Mauro de Nadal - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2661, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZILDOMAR TEOFILU DEUCHER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mauro de Nadal).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2662, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA**, matrícula nº 6689, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Silvio Dreveck).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2663, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA, matrícula nº 6689, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Silvio Dreveck).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2664, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DANIELA DREVEK**, matrícula nº 6075, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Silvio Dreveck).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2665, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIELA DREVEK, matrícula nº 6075, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Silvio Dreveck - São Bento do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2666, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DOUGLAS FERNANDO GIL**, matrícula nº 5905, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Silvio Dreveck).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2667, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DOUGLAS FERNANDO GIL, matrícula nº 5905, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Silvio Dreveck).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2668, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2138	Clerson Larroyd	40	14/11/12	3187/2012
3129	Loris Nassar Camisão	15	08/11/12	3191/2012
1101	Marcia Gonzaga de Oliveira	05	19/11/12	3192/2012
6815	Vitor José Ferreira dos Santos	40	12/11/12	3194/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2669, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1505	Edmilson Mattos	30	14/11/12	3188/2012
2137	Emilce Dias Rocha Maria	90	28/10/12	3189/2012
0886	Geiza Célia Gonçalves	30	19/11/12	3190/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2670, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CINTIA VIRGINIO MELO**, matrícula nº 7138, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (MD - 1ª Secretária).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2671, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSE CARLOS DA ROSA, matrícula nº 5977, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Araranguá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2672, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WAGNER FREGULHA, matrícula nº 5353, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 01 de dezembro de 2012 (Gab Dep Manoel Mota), tornando sem efeito a Portaria nº 2643, de 28/11/2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2673, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 033/2012

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Equipe de apoio
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
1039	Victor Inácio Kist	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2674, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 034/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
1039	Victor Inácio Kist	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2675, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 035/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
2016	Carlos Henrique Monguilhott	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2676, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDIKE ROGÉRIO ALVES CARNEIRO, matrícula nº 6932, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-26, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Secretária - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2677, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCAS WILSON GOTARDO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2678, de 04 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem

Atividade Parlamentar Externa a contar de 03 de dezembro de 2012.

Gab. Dep. Cesar Souza Júnior

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5165	GUSTAVO MIROSKI	FLORIANÓPOLIS
2281	JURANI ACELIO MIRANDA	FLORIANÓPOLIS

Gab. Dep. Kennedy Nunes

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6283	MARLI SALETE CHAVES DE SOUZA	SÃO JOSÉ

Gab. Dep. Valmir Francisco Comin

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6853	SILVIA BÚRIGO TOMELIN	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0375.7/2012

Concede o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Eduardo Magnus Smith.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Eduardo Magnus Smith.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,
Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/12

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade homenagear com o Título de Cidadão Catarinense o Senhor Eduardo Magnus Smith, nascido na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O condecorado Senhor Eduardo Magnus Smith é Vice-Presidente Santa Catarina do Grupo RBS, sendo formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-graduado em Administração de Empresas e Finanças, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tendo concluído MBA na Stanford University (EUA), com vasta e bem sucedida experiência profissional, bem como se destaca à frente de projetos sociais encabeçados pelo Grupo RBS e pela Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho e dos especiais projetos "**Crack, nem pensar**" e "**Floripa te quero bem**".

Entendo ser oportuna a homenagem ao Senhor Eduardo Magnus Smith, em virtude de sua prestimosa contribuição para a sociedade catarinense, no que diz respeito a sua brilhante atuação empresarial e social, bem como pela contribuição junto ao *trade* de comunicações de Santa Catarina, fatos estes que o qualificam a receber o Título de Cidadão Catarinense.

Pelo exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei. Segue em anexo *Curriculum Vitae* do indicado.

Deputado GELSON MERÍSIO

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 376.8/2012.

Cria a Semana Estadual da Consciência Negra no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual da Consciência Negra.

Parágrafo Único - A Semana Estadual da Consciência Negra será comemorada anualmente no período de 18 à 24 de novembro.

Art. 2º - Poder Executivo através da Coordenadoria Estadual da Igualdade Racial, poderá criar programas comemorativos ao evento.

Art. 3º - Durante a Semana Estadual da Consciência Negra poderão ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos, ações de valorização à diversidade ético-cultural à consciência do valor histórico da população negra, para formação do Estado à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate ao preconceito e discriminação racial.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de outubro de 2012.

Deputado ALDO SCHNEIDER
Deputado MOACIR SOPELSA
Deputado MANOEL MOTA
Deputado ROMILDO TITON
Deputado CARLOS CHIODINI
Deputado ELIZEU MATTOS
Deputada DIRCE HEIRDESCHIEDT
Deputado MAURO DE NADAL
Deputado ANTÔNIO AGUIAR

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/12

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei pretende homenagear as pessoas e ações voltadas a nossa gente negra.

Todas as ações que venham a ser destinadas ao resgate da consciência negra em nosso território catarinense que são de uma importância impar, tendo em vista que a dívida com a etnia é histórica.

A criação da Semana da Consciência Negra em Santa Catarina, objetiva criar condições para que sejam realizadas em nosso estado o envolvimento das pessoas que permitam valorizar a diversidade ético-cultural ao significado que a população negra representa para a formação do nosso Estado de direito.

As ações também poderão ser realizadas com a finalidade de promover a igualdade racial e de combater o preconceito e a discriminação entre as raças.

Foi escolhida os dias 18 à 24 de novembro, em virtude da Lei Estadual de nº. 15.847/2012, ter instituído o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra em Santa Catarina.

"MAIS IMPORTANTE DO QUE A QUANTIDADE DE BENS É A QUALIDADE DE VIDA QUE USUFRUIMOS".

Ulysses Guimarães

Bancada do PMDB

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 377/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 714

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.881, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira, no montante de até R\$ 1.587.533.495,45 (um bilhão, quinhentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), para fins de reestruturação de dívidas do Estado perante a União".

Florianópolis, 28 de novembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/12

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Florianópolis, 26 de novembro de 2012.

Ao

Sr. Governador do Estado

JOAO RAIMUNDO COLOMBO

Exposição de Motivos SEF Nº 371/2012

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei para alteração da Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012 que "*Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira, no montante de até R\$ 1.587.533.495,45 (um bilhão, quinhentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco*

reais e quarenta e cinco centavos), para fins de reestruturação de dívidas do Estado perante a União", cuja edição justifica-se pelos motivos expostos a seguir.

O parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012, permite a "cessão do crédito representativo do empréstimo para que seja aplicado na sua finalidade".

A última parte desse parágrafo foi objeto de questionamentos por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela instituição financeira quanto ao seu alcance, principalmente quanto à possibilidade da cessão do crédito representativo do empréstimo.

Assim, para que não parem dúvidas quanto a possibilidade de cessão de crédito por parte da instituição financeira, optou-se por alterar a referida lei, retirando a última parte do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que me levam a submeter a Vossa Excelência o projeto de lei, em anexo, à luz dos benefícios que seguramente a medida trará à Administração Pública Estadual.

Respeitosamente,

NELSON ANTÔNIO SERPA

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 0377/12

Altera a Lei nº 15.881, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira, no montante de até R\$ 1.587.533.495,45 (um bilhão, quinhentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), para fins de reestruturação de dívidas do Estado perante a União.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012, para a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 2º É permitida a cessão do crédito representativo do empréstimo.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 378/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 716

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de pensão especial e estabelece outras providências".

Florianópolis, 28 de novembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos nº 163/2012

Florianópolis, 27 de novembro de 2012.

Senhor Governador,

Submete-se à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a concessão de pensão especial e dá outras providências".

O valor mensal das pensões especiais, bem como do auxílio aos ex-combatentes amparados pela Lei nº 6.738, de 16 de dezembro de 1985, foi estabelecido em R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), nos termos da Lei nº 15.163, de 11 de maio de 2010, sendo reajustado quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores estaduais.

Entretanto, inúmeras demandas judiciais têm sido ajuizadas contra o Estado, no sentido de que as pensões não podem ser pagas em valor inferior ao salário mínimo vigente. Importante destacar que o projeto atende a jurisprudência consolidada em torno da controvérsia, motivo pelo qual a situação deve ser regularizada visando, sobretudo, a não perpetuação de demandas judiciais contra o Estado.

Ainda, foi constatada que a Lei nº 6.185, de 1º de novembro de 1982, foi, revogada pelo artigo 16 da Lei Complementar nº 421, de 05 de agosto de 2008, e que, posteriormente à sua revogação, foram editadas algumas leis alterando a redação e, ainda, concedendo novo benefício. Dessa forma, a proposta ora apresentada busca adequar e regularizar a legislação que trata das pensões especiais, ao compilar as leis que tratam das pensões concedidas aos portadores de Hanseníase, portadores de deficiência mental severa e da doença Epidermólise Bolhosa.

Visando evitar concessões indevidas, por óbito, mudança de domicílio para outro Estado e alteração da renda familiar, sugerimos a exigência de recadastramento anual para os pensionistas, que será efetuado nos moldes do recadastramento dos servidores inativos.

Diante do exposto, entendemos que resta a tomada de providências para regularizar a situação, motivo pelo qual se apresenta o presente projeto de lei para acolhimento das propostas apresentadas, recomendando seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

Respeitosamente,

MILTON MARTINI

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0378/12

Dispõe sobre a concessão de pensão especial e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Estado autorizado a conceder mensalmente pensão especial:

I - ao portador de Hanseníase, egresso do Hospital Santa Tereza e incapacitado para o trabalho;

II - à pessoa com deficiência mental severa, definitivamente incapaz para o trabalho; e

III - ao portador da doença Epidermólise Bolhosa, definitivamente incapaz para o trabalho.

Parágrafo único. São requisitos para a concessão da pensão especial, além dos demais previstos nesta Lei:

I - domicílio no Estado no mínimo há 2 (dois) anos; e

II - renda familiar mensal inferior ou igual a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

Art. 2º O requerimento para concessão de pensão especial na hipótese prevista no inciso I do *caput* do art. 1º desta Lei deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante do período de internação do requerente fornecido pelo Hospital Santa Tereza;

II - atestado médico fornecido pelos dermatologistas especialistas em Hanseníase vinculados ao Hospital Santa Tereza, indicando as condições de saúde do requerente e discriminando sua incapacidade para o trabalho; e

III - declaração do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), comprovando que o requerente não é beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC-INSS).

Parágrafo único. Os portadores de Hanseníase farão jus à percepção do benefício ainda que retornem ao Hospital Santa Tereza para continuidade do tratamento.

Art. 3º O requerimento para concessão de pensão especial nas hipóteses previstas nos incisos II e III do *caput* do art. 1º desta Lei deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - laudo médico atestando ser o requerente portador da doença e sua classificação; e

II - declaração do INSS, comprovando que o requerente não é beneficiário do BPC-INSS.

Parágrafo único. No caso de requerimento apresentado pelos pais, tutores ou curadores, estes deverão comprovar que são efetivamente responsáveis pela criação, educação e proteção do interessado.

Art. 4º A pessoa portadora de deficiência mental será submetida à avaliação diagnóstica por equipe técnica especializada que emitirá laudo comprovando que se trata de deficiência mental severa.

§ 1º Em decorrência de dificuldades técnicas em caracterizar o grau de deficiência, os portadores de deficiência mental com idade inferior a 4 (quatro) anos ficam dispensados da avaliação prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º Ao completar 4 (quatro) anos de idade o portador de deficiência mental deverá ser submetido à avaliação referida no *caput* deste artigo para que seja comprovado que é portador de deficiência mental severa.

Art. 5º No caso de pessoa portadora da doença Epidermólise Bolhosa, o laudo médico apresentado será avaliado e validado por médico perito da Perícia Médica Oficial do Estado.

Art. 6º As pensões especiais de que trata esta Lei serão concedidas por ato do Chefe do Poder Executivo, à vista de requerimento devidamente instruído e regularmente processado.

Parágrafo único. O direito de percepção da pensão especial iniciar-se-á a partir da publicação do ato concessivo no Diário Oficial do Estado (DOE).

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 715

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos oriunda dos Poderes Executivo e Legislativo, o projeto de lei complementar que "Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece outras providências".

Florianópolis, 28 de novembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/12

EMC Nº 001/2012

Florianópolis, 27 de novembro de 2012

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Temos a honra de submeter a deliberação de Vossas Excelências o anteprojeto de lei complementar que "Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece outras providências".

Em suma, o anteprojeto, além do constante em sua ementa, dispõe sobre regras de estruturação, articulação e publicação das leis e demais atos normativos referidos no art. 48 da Constituição do Estado e ainda, no que couber, aos decretos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo, prevendo, ao seu final, a revogação das Leis Complementares nº 208, de 09 de janeiro de 2001, e nº 361, de 17 de maio de 2006, decorrente da alteração considerável de seus textos.

O trabalho de elaboração do anteprojeto é fruto de ação conjunta entre os órgãos competentes dos Poderes Executivo e Legislativo no que tange ao processo legislativo, quais sejam: a Diretoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil e a Diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa.

Desde a sua idealização, o anteprojeto envolveu estudos minuciosos da legislação de outros Estados e da União, pesquisa e aplicação de conhecimentos oriundos das áreas jurídica e de Letras. Como conclusão, constatou-se que as citadas Leis Complementares encontram-se defasadas quanto ao estabelecimento de sistemática própria para fins de uniformização e simplificação dos textos legais a serem editados.

O desenvolvimento do anteprojeto foi pautado em observância a técnica legislativa, que, segundo Kildare Gonçalves Carvalho, "consiste no modo correto de elaborar as leis, de forma a torná-las exequíveis e eficazes. Envolve um conjunto de regras e de normas técnicas que vão desde a necessidade de legislar até a publicação da lei".

Ante o exposto, são estes os motivos justificadores da conveniência de se aprovar o anteprojeto de lei complementar anexo, o qual submetemos a apreciação de Vossas Excelências, na certeza de se estar contribuindo para o aprimoramento das funções jurídicas do Estado.

Atenciosamente,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

DEPUTADO GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/12

Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Estado devem observar ao disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se aos atos normativos referidos no art. 48 da Constituição do Estado e ainda, no que couber, aos decretos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º O valor mensal das pensões especiais de que tratam esta Lei e as Leis nº 3.389, de 18 de dezembro de 1963, e nº 6.738, de 16 de dezembro de 1985, fica equiparado e vinculado ao valor do salário mínimo nacional vigente.

Parágrafo único. O valor das pensões referidas no *caput* deste artigo será objeto de reajuste exclusivamente na mesma data e índice do salário mínimo nacional.

Art. 8º Os beneficiários das pensões especiais de que tratam esta Lei e as Leis nº 3.389, de 1963, e nº 6.738, de 1985, devem efetuar recadastramento anual no mês de aniversário natalício a partir do ano de 2013, sob pena de suspensão do pagamento, mediante critérios a serem estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Constituem causa para cessação do pagamento das pensões especiais de que trata esta Lei:

I - morte do beneficiário;

II - exercício de atividade laboral remunerada pelo beneficiário;

III - comprovação de que os pais, tutores ou curadores passaram a perceber renda mensal familiar superior ao estabelecido para a concessão do benefício;

IV - alteração positiva do laudo de seguimento; ou

V - mudança de domicílio para outro Estado ou para o exterior.

Parágrafo único. As pensões especiais de que trata esta Lei não são transmissíveis a dependentes e herdeiros.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidadas as concessões e cessações com fundamento na legislação anterior.

Art. 12. Ficam revogados:

I - a Lei Promulgada nº 327, de 18 de novembro de 1957;

II - os arts. 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Lei nº 3.389, de 18 de dezembro de 1963;

III - a Lei nº 6.185, de 1º de novembro de 1982;

IV - a Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989;

V - os arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006;

VI - o art. 8º da Lei Complementar nº 421, de 05 de agosto de 2008;

VII - a Lei nº 15.163, de 11 de maio de 2010; e

VIII - a Lei nº 15.858, de 02 de agosto de 2012.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0379.0/2012

Declara de utilidade pública a Associação Nossa Senhora de Guadalupe.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Nossa Senhora de Guadalupe, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/12

JUSTIFICATIVA

A Associação Nossa Senhora de Guadalupe é uma entidade civil, beneficente, de natureza apolítica, filantrópica com atuação nas áreas de assistência social e no resgate do cidadão e das famílias carentes, tendo ainda por finalidade a produção de programas exclusivamente educativos e culturais, sem fins lucrativos ou não econômicos, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente Projeto de Lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção e capacitação da comunidade.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURAÇÃO, ARTICULAÇÃO, REDAÇÃO
E ALTERAÇÃO DAS LEIS

Seção I

Da Estruturação das Leis

Art. 2º A lei deve ser estruturada em 3 (três) partes básicas:

I - parte preliminar, que compreende:

- a) a epígrafe;
- b) a ementa;
- c) o preâmbulo;
- d) o enunciado do objeto; e
- e) a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, que compreende as normas de conteúdo substantivo que regulam o objeto da lei; e

III - parte final, que compreende:

- a) as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação da parte normativa;
- b) as disposições transitórias, quando couber;
- c) a cláusula de vigência;
- d) a cláusula de revogação, quando couber;
- e) o fecho, que compreende o local e a data;
- f) a assinatura; e
- g) a referenda, quando couber.

§ 1º A epígrafe atribui identificação singular à lei e é formada pelo título designativo da espécie normativa, pela numeração respectiva e pela data da promulgação.

§ 2º A ementa sintetiza a matéria legislada, permitindo seu imediato conhecimento, e guarda estreita correlação com o objeto da lei.

§ 3º O preâmbulo declara o cargo da autoridade, o fundamento legal e a ordem de execução.

§ 4º O enunciado do objeto da lei e seu âmbito de aplicação constituem o primeiro artigo do texto legal, observando-se o seguinte:

I - excetuadas as codificações, cada lei deve tratar de um único objeto;

II - a lei não deve conter matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei deve ser estabelecido de forma tão específica quanto possibilite o conhecimento técnico ou científico da área; e

IV - o mesmo objeto não deve ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destinar à complementação de lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

§ 5º A vigência da lei deve ser indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 6º Nas leis em que for estabelecido período de vacância, deve constar a cláusula "Esta Lei entra em vigor no prazo de (número) dias a contar da data de sua publicação".

§ 7º Para as leis de que trata o § 6º deste artigo, a contagem do prazo deve ser feita com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando a lei em vigor no dia subsequente à consumação integral desse período.

§ 8º A cláusula de revogação deve enumerar expressamente as leis e os dispositivos legais a serem revogados.

Art. 3º Os atos legislativos devem ser numerados observando-se o seguinte:

I - as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas têm numeração sequencial em continuidade às iniciadas em 1947;

II - as medidas provisórias têm numeração sequencial em continuidade às iniciadas em 1989;

III - os decretos legislativos têm numeração sequencial em continuidade aos iniciados em 1968;

IV - as resoluções da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) têm sua numeração iniciada em cada Sessão Legislativa; e

V - as emendas à Constituição do Estado têm sua numeração iniciada a partir da promulgação da última Constituição.

Seção II

Da Articulação e Redação das Leis

Art. 4º A articulação e redação das leis devem observar o seguinte:

I - o artigo, representado pela forma abreviada "Art." seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal seguida de ponto a partir do décimo, é a unidade básica de articulação textual;

II - os artigos podem ser desdobrados em parágrafos ou em incisos; os parágrafos, em incisos; os incisos, em alíneas; as alíneas, em itens;

III - os parágrafos são representados pelo símbolo "§" seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal seguida de ponto a

partir do décimo; quando existente apenas um, usa-se a expressão "Parágrafo único.";

IV - os incisos são representados por algarismos romanos enumerados sequencialmente e seguidos de travessão simples (-);

V - as alíneas são representadas por letras minúsculas enumeradas sequencialmente e seguidas de parênteses;

VI - os itens são representados por algarismos arábicos enumerados sequencialmente e seguidos de ponto;

VII - o agrupamento de artigos pode constituir uma subseção; o de subseções, uma seção; o de seções, um capítulo; o de capítulos, um título; o de títulos, um livro; o de livros, uma parte;

VIII - as partes podem se desdobrar em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas por numeração ordinal, por extenso; e

IX - os agrupamentos referidos no inciso VII deste artigo podem constituir as Disposições Preliminares, Disposições Gerais, Disposições Finais e Disposições Transitórias.

Art. 5º As leis devem ser redigidas observando-se o seguinte:

I - para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que deve ser empregada a nomenclatura própria da área sobre a qual se esteja legislando;

b) usar orações concisas e objetivas;

c) construir orações em ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto, usando preferencialmente o tempo presente ou o futuro simples do presente do Indicativo; e

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a possibilitar a compreensão do objetivo da lei e a permitir a clareza do conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) evitar o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico quando necessária a repetição de ideias;

c) evitar o emprego de palavras ou expressões ambíguas;

d) usar termos de igual sentido e significado na maior parte do território estadual, evitando o uso de termos locais;

e) usar apenas siglas consagradas, observando-se que na ementa e na primeira referência no texto as siglas devem ser precedidas da explicitação de seu significado; e

f) indicar expressamente o dispositivo objeto de remissão, ficando vedado o uso de expressões como "anterior", "seguinte" ou equivalentes; e

III - para a obtenção de ordem lógica:

a) agrupar dispositivos correlacionados em subseções, seções, capítulos, títulos, livros e partes;

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares e as exceções à norma enunciada no *caput* do artigo; e

d) promover as discriminações e enumerações por meio de incisos, alíneas e itens.

Seção III

Da Alteração das Leis

Art. 6º As leis podem ser alteradas por:

I - reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - revogação parcial; ou

III - substituição ou acréscimo de dispositivo no próprio texto, observando-se o seguinte:

a) é vedada a renumeração de artigos e de agrupamentos superiores ao artigo referidos no inciso VII do art. 4º desta Lei Complementar, observando-se o seguinte:

1. deve ser utilizado o mesmo número do artigo imediatamente anterior, seguido de hífen (-), letra maiúscula e ponto, em ordem alfabética, tantos quantos forem os acréscimos (exemplos: "Art. 1º -A.", "Art. 15-B."); e

2. deve ser utilizado o mesmo número do agrupamento superior ao artigo imediatamente anterior, seguido de hífen (-) e letra maiúscula, em ordem alfabética, tantos quantos forem os acréscimos (exemplos: "Seção I-A", "Capítulo I-B");

b) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário ou de execução suspensa pela ALESC em face de decisão do Poder Judiciário, devendo constar na lei alterada, entre parênteses e com inicial maiúscula, as expressões "Revogado", "Vetado", "Declarado inconstitucional por meio de controle concentrado pelo (órgão julgador competente)", ou "Execução suspensa pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na forma do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado";

c) é admissível a reordenação interna de parágrafos, incisos, alíneas e itens, desde que seja inadequado o acréscimo de dispositivo ao final da sequência, devendo constar no artigo modificado por alteração, supressão ou acréscimo redacional a forma abreviada de “nova redação” (NR) entre parênteses e em maiúsculas, uma única vez ao seu final, obedecido, quando for o caso, o disposto na alínea “b” deste inciso; e

d) deve ser utilizada uma linha pontilhada para representar dispositivos mantidos com sua redação em vigor.

CAPÍTULO III

DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Art. 7º As leis estaduais serão reunidas em codificações e consolidações contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação das Leis Catarinenses (CLC).

§ 1º A CLC consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se expressamente as leis incorporadas à Consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

§ 2º Preservado o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de lei de consolidação:

I - introdução de novas divisões do texto legal base, modificado em virtude da consolidação;

II - diferente ordenação e numeração dos artigos consolidados;

III - fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;

IV - atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública;

V - atualização de termos e modos de escrita obsoletos;

VI - atualização do valor de penas pecuniárias com base em indexação padrão;

VII - eliminação de ambiguidades decorrentes do mau uso do vernáculo;

VIII - padronização terminológica do texto;

IX - supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC), observada, no que couber, a suspensão pela ALESC de execução de dispositivos, na forma do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado;

X - indicação de dispositivos não recepcionados pelas Constituições da República e do Estado;

XI - adaptação à Constituição da República e do Estado de dispositivos cujo conteúdo tenha sido objeto de tratamento diverso por disposição constitucional autoaplicável;

XII - declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores; e

XIII - declaração expressa de revogação de dispositivos assim declarados por leis posteriores.

§ 3º As alterações a que se referem os incisos IX, X, XI, XII e XIII do § 2º deste artigo deverão ser expressa e fundamentadamente justificadas, com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base.

§ 4º O dispositivo vetado cujo veto for rejeitado pela ALESC será incluído no texto consolidado, com o registro da deliberação e do número da lei original em que se achava inserido.

Art. 8º Para a consolidação de que trata o art. 7º desta Lei Complementar, deverá ser observado o seguinte:

I - o Poder Legislativo procederá ao levantamento da legislação estadual em vigor e formulará projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados; e

II - a apreciação dos projetos de lei de consolidação pela ALESC será feita em regime de prioridade na forma prevista em seu Regimento Interno, com vistas à celeridade de sua tramitação.

§ 1º As medidas provisórias não serão objeto de consolidação.

§ 2º A Mesa, qualquer membro ou comissão da ALESC pode formular projeto de lei de consolidação.

§ 3º Observado o disposto no inciso II do *caput* deste artigo, será também admitido projeto de lei de consolidação destinado exclusivamente à:

I - declaração de revogação de leis e dispositivos implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada; e

II - inclusão de dispositivos ou diplomas esparsos em leis preexistentes, revogando-se as disposições assim consolidadas nos mesmos termos do § 1º do art. 7º desta Lei Complementar.

Art. 9º Até o final de cada Legislatura, a Mesa da ALESC promoverá a atualização da CLC, incorporando às coletâneas que a integram as leis ou decretos legislativos e as resoluções promulgadas

durante a legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O termo “dispositivo” mencionado nesta Lei Complementar refere-se a artigos, parágrafos, incisos, alíneas ou itens.

Art. 11. Eventual inexistência formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

Art. 12. A aplicação da técnica legislativa para a elaboração das leis será regulamentada por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. Para fins de publicação das leis no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE), devem ser aplicadas exclusivamente as regras expedidas pela Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas:

I - a Lei Complementar nº 208, de 09 de janeiro de 2001; e

II - a Lei Complementar nº 361, de 17 de maio de 2006.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0035.7/2012

Acrescenta os §§ 1º e 2º, ao artigo 1º, da Lei Complementar Nº 454, de 05 de agosto de 2009, que institui critérios de valorização profissional para os militares estaduais, e adota outras providências.”

O Art. 1º, da Lei Complementar Nº 454, de 05 de agosto de 2009, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Os limites mínimos de escolaridade exigidos para a investidura no cargo serão comprovados pelo servidor no ato de ingresso na carreira militar, mediante apresentação de diploma, atestado, declaração e ou certificação, fornecida pela instituição de ensino superior em que tenha concluído a graduação superior.

§ 2º Caso não o tenha feito no processo de investidura, o servidor ingressado sob a vigência desta Lei deverá apresentar, até a data de 04 de agosto de 2014, o diploma de curso universitário, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, sob pena de nulidade do ato de nomeação.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2012.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/12

JUSTIFICATIVA

Desde a vigência da Lei Complementar Nº 454, de 05 de agosto de 2009, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar promoveram o ingresso de muitos novos servidores. Muitos desses ingressados comprovaram a formação em curso universitário mediante a apresentação de declaração, atestado e ou certificado, emitido pela instituição de ensino em que concluíram uma graduação superior, obviamente, com a obrigação de apresentação do diploma correspondente, tão logo seja expedido e registrado no órgão competente, sem que a lei fixasse um prazo para isso.

Desde fins de 2009, algumas IES - Instituições de Ensino Superior - ainda não promoveram a entrega dos respectivos diplomas.

Algumas autoridades do Sistema Estadual de Segurança Pública, diante da lacuna da lei e diante da demora das IES em cumprir com suas obrigações, tem se inclinado pela exclusão dos quadros da carreira militar daqueles que, até a presente data, não puderam apresentar seu diploma por demora de terceiros.

Caso haja o imperativo de exclusão dos quadros militares, de todos aqueles que, de boa fé, não puderam apresentar o diploma de conclusão de graduação superior reconhecida pelo MEC, todo o Sistema de Segurança Pública estadual ficará comprometido, pois redundará na exclusão de centenas de servidores.

Esta proposição legislativa tem por finalidade resguardar os atos até aqui praticados pelas autoridades militares, bem como criar as condições para que os interessados disponham de um prazo razoável para equacionar a questão, sem que isso signifique postergar “ad eternum” uma situação funcional que precisa ser resolvida e equacionada.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

*** X X X ***